

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MÔNICA ABRAMCHUK

Um certo escrivão Caminha: As desigualdades sociais na obra
de Lima Barreto (1870-1909)

Passo Fundo

2021

Mônica Abramchuk

Um certo escrivão Caminha: As desigualdades sociais na obra
de Lima Barreto (1870-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestra em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo

2021

A161c Abramchuk, Mônica

Um certo escrivão Caminha : as desigualdades sociais na obra de Lima Barreto (1870-1909) / Mônica Abramchuk. – 2021.

81 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

1. Literatura e história. 2. Literatura brasileira - Séc. XX.
3. Representações sociais. 4. Cultura na literatura. I. Gerhardt, Marcos, orientador. II. Título.

CDU: 316.7(81)


Mônica Abramchuk

Um certo escrivão Caminha: As desigualdades sociais na obra
de Lima Barreto (1870-1909)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestra em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Aprovada em 06 de julho de 2021.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José M. Rodrigues Remedi (UFSM)



Profa. Dra. Jacqueline Ahlert (UPF)



Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF)

Dedico essa Dissertação à minha filha Bettina, dona de todo o meu amor e a minha força para enfrentar cada obstáculo com a certeza que valeria a pena.

Não é possível encerrar esse ciclo sem agradecer em público os alicerces que ao longo do caminho tornaram esse sonho real.

Em primeiro lugar e não poderia ser diferente, eu gostaria de agradecer a minha filha, uma criança que soube enfrentar as minhas inúmeras ausências, com maturidade e a consciência que só o amor foi capaz de ensinar.

A minha família, meu pai, minha mãe e minha irmã, que sempre tiveram uma palavra de alento e o ombro a disposição, nos momentos em que o cansaço ou o medo falavam alto.

Agradeço ao professor Gérson Wasen Fraga, membro do corpo docente do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, que além de acompanhar minha jornada durante a graduação e ser um historiador no qual me espelho foi fundamental nessa trajetória, com conselhos sábios e pertinentes.

Ao professor Fabrício A. A. Soares, meu primeiro orientador da Pós-Graduação na Universidade de Passo Fundo, que com a sua ajuda, críticas e sugestões contribuiu para dar formato a esse trabalho. Sou grata por ter tido a oportunidade de conviver com um profissional comprometido e sério.

Agradeço também ao professor Marcos Gerhardt, que assumiu a responsabilidade de dar sequência a minha orientação na reta final do curso. Sua paciência, disponibilidade e a forma com que me passou segurança foram imprescindíveis para a conclusão da dissertação.

Sem citar nomes gostaria de agradecer aos colegas de Mestrado pela parceria, trocas e pela sensibilidade com que sempre fui tratada. Da mesma forma, a todos os amigos que durante essa jornada estiveram do meu lado, agradecer por terem entendido os meus não, que em muitos momentos se fizeram necessários, mas, que me apoiaram, mesmo sem entender direito o que estava acontecendo.

Agradeço também a Fundação Universidade de Passo Fundo pela concessão da bolsa que possibilitou a construção desse trabalho.

RESUMO

A dissertação aborda a relação entre História e Literatura e interpreta uma obra da literatura brasileira escrita no início do século XX, que trata das desigualdades sociais e está ambientada no Rio de Janeiro, a então capital do país. A delimitação temporal da pesquisa compreende o período de 1870 a 1909, iniciando pelo movimento dos intelectuais da chamada Geração de 1870 que se propôs a pensar a múltipla identidade nacional brasileira, traduzindo as mudanças ocorridas na política e na sociedade. O recorte temporal encerra com a publicação da obra interpretada, o romance: *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, do autor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). Essa obra tem como personagem central um mulato, nascido no interior fluminense, que sofria com o preconceito presente na sociedade brasileira do período analisado e acreditava que, ao se mudar do interior para a capital e com a conquista do título de Doutor, teria uma vida mais fácil. Lima Barreto, escritor negro e marginalizado, nasceu no Rio de Janeiro, foi funcionário público e jornalista e morreu aos 41 anos de idade. Ele se propôs a questionar e a repensar a formação da nacionalidade brasileira naquele período, que tratava dos indígenas, negros e sertanejos como seres exóticos, vistos como culpados pelos males nacionais. A dissertação tem como problema de pesquisa: como o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* representa as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira, na virada do século XIX para o século XX? Esse é o problema de pesquisa da dissertação, isto é, a pergunta que orienta a pesquisa. Metodologicamente, ela se apoia na *operação historiográfica* de Michel de Certeau, que analisa a produção do texto historiográfico considerando o lugar social de produção, a prática e a escrita. A pesquisa conclui que as narrativas histórica e literária se relacionam, porém, não são iguais e que a literatura é uma fonte de pesquisa plausível para os historiadores.

Palavras-chave: cultura; história; literatura.

ABSTRACT

The dissertation addresses the relationship between History and Literature and interprets a work of Brazilian literature written at the beginning of the 20th century, which deals with social inequalities and is set in Rio de Janeiro, the capital of the country on that time. The temporal delimitation of the research covers the period from 1870 to 1909, starting with the movement of the intellectuals of the so-called generation of 1870 who set out to think about the multiple Brazilian national identity, translating the changes that occurred in politics and society. The time frame ends with the publication of the interpreted work, the novel: *Recollections of the registrar Isaías Caminha*, by the author Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922). This work has as its central character a mulatto, born in the interior of Rio de Janeiro, who suffered from the prejudice present in the Brazilian society of the analyzed period and believed that when he moved from the interior to the capital and with the conquest of the title of Doctor, he would have an easier life. Lima Barreto, a black and marginalized writer, was born in Rio de Janeiro, was a civil servant and journalist and died at the age of 41. He set out to question and rethink the formation of Brazilian nationality in that period, which treated indigenous people, blacks and countrymen as exotic beings, seen as guilty of national ills. The dissertation has as research problem: how does the novel *Recollections* by the scribe Isaías Caminha represents the social inequalities that existed in Brazilian society, at the turn of the 19th century to the 20th century? This is the research problem of the dissertation, that is, the question that guides the research. Methodologically, it is based on Michel de Certeau's, historiographical operation that analyzes the production of historiographic text considering the social place of production, practice and writing. The research concludes that the historical and literary narratives are related, however, are not the same and that literature is a plausible source of research for historians.

Keywords: culture; history; literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da primeira edição	52
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I. A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX NO BRASIL.....	17
1.1 Da Monarquia à República	17
1.2 Aspectos culturais no Brasil na virada do século XIX para o XX.....	26
1.3 Nomenclaturas e suas relações com os acontecimentos.....	28
1.4 A aceleração do tempo na então capital do país	30
II. O CONTEXTO LITERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	34
2.1 Pré-modernismo.....	34
2.2 A “Geração de 1870”	40
2.3 O movimento modernista carioca	43
2.4 O movimento modernista em São Paulo.....	46
2.5 Um Brasil plural visto por meio de diferentes perspectivas	49
III. UM PASSADO PRESENTE	52
3.1 Lima Barreto como uma representação da sociedade.....	52
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78

INTRODUÇÃO

Ao buscar na aproximação entre História e Literatura as críticas¹ trazidas por Afonso Henriques de Lima Barreto, referentes à sociedade brasileira da Primeira República, o tema tem como recorte espacial a então capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, lugar onde o escritor Lima Barreto nasceu e também onde ambientou o romance: *Recordações do escrívão Isaías Caminha*.

A busca pela modernidade que tomou conta do Brasil na primeira metade do século XX alcançou as artes. Em um primeiro momento essa busca se dava em importar os modelos da Europa. Com a realização da Semana de Arte Moderna em 1922, norteadas pela aliança dos fazendeiros com a elite técnico-científica, realizada em São Paulo e a fundação do movimento Modernista, buscou-se valorizar elementos brasileiros com matrizes europeias, onde o caboclo, o indígena e a floresta deveriam ser colocados ao lado dos trens, do automóvel e da fábrica. Esses “modernistas” vinham de diversas áreas: arquitetura, pintura, escultura, letras, música. Foi nesse ambiente que surgiu o “modernismo”, mesclando elementos nacionais com valores contemporâneos. Os “modernistas” buscaram valorizar a cultura negra e indígena, celebrando um passado mítico e um futuro idealizado sem exclusões e opressões. Lima Barreto, através de suas obras também se preocupou em valorizar as diferentes culturas. Segundo Nicolau Sevcenko ele: “Pôde encarar a ciência não como cientista, mas como paciente... Encarou o crescimento da concorrência da perspectiva do derrotado... Assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado” (2003, p. 234). Esse foi um período de grandes mudanças no Brasil. Dessa maneira, podemos indagar como o romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha* representa as desigualdades sociais na virada do século XIX para o século XX no Brasil. Esse é o problema de pesquisa da dissertação, isto é, a pergunta que orienta a pesquisa, cujos objetivos são discutir a relação entre História e Literatura e compreender como os problemas sociais de uma época são representados pela produção historiográfica e pela criação literária.

Nos últimos anos historiadores que se dedicaram a estudar sobre *História Cultural* mencionam de forma corrente o termo *representação*. Essa palavra tem origem latina do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Em nosso caso, é interessante pensar as representações sociais, ou seja, a maneira como os indivíduos que

¹ Segundo Sandra J. Pesavento, através da literatura, Lima Barreto tinha à intenção: “de criticar o governo republicano, sua burocracia e seus métodos violentos como o meio literário medíocre e, sobretudo, o preconceito de cor que leva à discriminação social” (PESAVENTO, 2002, p. 227).

estão inseridos em um determinado grupo, interpretam e constroem o mundo em que vivem. Segundo Dominique Vieira Coelhos dos Santos: “Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço” (p. 34, 2011).

Representação não deve ser entendido como um conceito fixo e imóvel, mas dentro de sentidos diversos de acordo com cada contexto em que é utilizado. O historiador precisa interpretar e ordenar essas representações, sempre levando em consideração os significados que elas produzem. Não é o nosso objetivo usar esse termo em dicotomia representação/ realidade, o sujeito não representa necessariamente o objeto, existe um sujeito, um objeto e representações. Ele não está ligado a um sentido imóvel, dependerá do contexto.

No livro *Representações: Contribuições a um debate transdisciplinar*, (2000), organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Jurandir Malerba, os autores apontam os perigos do uso indevido e supracitado do conceito de representação sem as adequadas precauções metodológicas. Eles reconhecem que o termo se tornou uma das pedras angulares do discurso histórico contemporâneo.

O recorte temporal está vinculado à criação do grupo de literatos denominado Geração de 1870, composto por: Tobias Barreto, Silvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, sintonizado com mudanças ocorridas no Brasil nesse período. Esse grupo se mobilizou para compreender a multiplicidade da nacionalidade brasileira e influenciou os modernistas paulistas do início do século XX. O lançamento da obra *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, no ano de 1909, foi tomado como o marco final do recorte temporal da dissertação, pois exprime os debates desse tempo.

O romance analisado tem como personagem um mulato, nascido no interior, que sofria com o preconceito presente na sociedade brasileira do período. Isaías Caminha, filho de uma negra com um vigário, se mudou para a capital com a pretensão de obter títulos acadêmicos acreditando que através deles a sociedade pudesse mudar o seu olhar em relação a ele. Isaías foi para a capital acreditando que os atributos intelectuais seriam mais relevantes do que as redes de relações, porém, é engolido pela realidade que a todo momento lhe impõem barreiras devido a sua cor de pele e situação financeira. Segundo Francisco de Assis Barbosa: “No *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, conta-se a história de um rapaz inteligente, bom, honesto, ambicioso, possuindo todos os requisitos para vencer na vida, menos um – a cor. Era mulato e, além de mestiço, pobre” (1964, p. 155). Além de expor os vínculos dentro do jornal Barreto descrevia os acontecimentos através do olhar de um jovem do interior, cuja ascensão

no jornal se deu através de uma informação que obteve por conta de um suicídio. No final do romance Isaiás se mostra conformado com a situação em que vivia e pensa em se candidatar a deputado federal.

Discutir História e Literatura se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essa relação, pois, em geral, os textos literários não eram reconhecidos pelos historiadores. A obra literária aqui interpretada tem um tema valorizado pela História, a desigualdade social e está ambientada em um período de muitas mudanças, amplamente estudado pelos historiadores. Nesse sentido, a produção do literato e do historiador podem ser aproximadas e confrontadas, em um exercício intelectual que visa contribuir para a compreensão dessa relação. Para Sandra J. Pesavento: “[...] a leitura da literatura pela história não se faz de maneira literal, e o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa” (1995, p. 117).

Ainda sobre a valorização de temas de caráter social por literatos, é oportuno citar o historiador Sidney Chalhoub, que em seu livro *Machado de Assis: historiador*, (2003), chama a atenção para a capacidade com que Machado de Assis (1839-1908) tratou do contexto histórico do período em que viveu. Dessa maneira: “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil do século XIX” (2003, p. 17), reconhecendo a capacidade dos subordinados de se apresentarem como sujeitos, com uma visão própria das mudanças sociais ocorridas entre 1850 e 1871.

As obras dessa geração de pensadores brasileiros muitas vezes influenciados por esse “modernismo” emergente, conquistaram uma grande importância dentro do meio universitário, pois discutiam aspectos até então vistos como menores ou indignos de análise. Se levarmos em consideração que no início do século XX a taxa de analfabetismo no Brasil era bastante alta e que a grande maioria da população não frequentava escolas, poderíamos nos questionar como essas obras assumiram uma relevância tão grande. Em um primeiro momento essas ideias foram discutidas dentro do espaço acadêmico e, posteriormente, foram disseminadas para a sociedade.

Na primeira metade do século XX o conceito de “nacionalidade” brasileira estava sendo discutido por uma geração de pensadores brasileiros que se dedicaram a escrever, mesmo que muitas vezes de maneiras divergentes, a formação do nosso povo e de nossa história. Alguns buscando uma imagem positiva do país a fim de inseri-lo na modernidade; outros inferiorizando a cultura indígena e negra e a culpando pelos nossos problemas. Isso não significa que antes desse período não existiram obras ou pensadores que se ocuparam desse tema, mas foi no início do período Republicano que uma nova geração de pensadores brasileiros apresentou

perspectivas até então desconhecidas sobre a nossa formação histórica. Portanto, os intelectuais são fundamentais no processo de construção da nacionalidade, porém, isso não significa que a cultura vinda das ruas não seja importante nessa construção. Segundo Renato Ortiz:

A ideia de construção nos remete a uma outra noção de mediação [...]. São os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos [...]. Dito de outra forma, o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação [...]. Todos, no entanto, se dedicam a uma interpretação do Brasil, a identidade sendo o resultado do jogo das relações apreendidas por cada autor (1994, p. 139).

Dentre tantos autores que se dispuseram a escrever e a interpretar a formação da nacionalidade brasileira na primeira metade do século XX, e acreditando que a produção literária está diretamente ligada ao seu tempo, representando o contexto histórico-social, o autor escolhido para a realização dessa pesquisa foi Lima Barreto. Esse ponto de vista diferente de tantos outros escritores, a sua condição social, a sua cor de pele, o lugar onde morava, seus vícios, sua inquietude perante as injustiças sociais, fazem de Lima Barreto esse escritor singular para a análise da sociedade brasileira. Nesse sentido, Hayden White afirma:

O que o discurso histórico produz são interpretações de seja qual for a informação ou o conhecimento do passado de que o historiador dispõe. Essas interpretações podem assumir numerosas formas, estendendo-se da simples crônica ou lista de fatos até ‘filosofias da história’ altamente abstratas, mas o que todas elas têm em comum é seu tratamento de um modo narrativo de representação como fundamental para que se perceba seus referentes como fenômenos distintivamente ‘históricos’ (1994, p. 24).

Acreditamos que a relação entre História e Literatura é possível para a análise de um determinado período ou uma determinada concepção de História. Nesse caso específico, a aproximação acontece através de uma obra do escritor Lima Barreto, usada como material de pesquisa historiográfica². O historiador norte-americano Dominick LaCapra (1939) se debruçou a pensar sobre a história intelectual, analisando textos na condição de documentos históricos. Ele acredita que o historiador deve interpretar a fonte da qual utiliza, para que dessa forma o conhecimento seja construído. Também para Luiz Costa Lima:

Em vez de uma atividade basicamente descritiva e restauradora, que pressupõe o passado estar ali onde o deixaram, a historiografia é mutável de acordo com

² Para José D’Assunção Barros: “[...] contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas” (2004, p. 137-138).

o lugar de seu agente, i. e., com sua posição política, filosófica e ideológica, com sua sensibilidade, com seu horizonte de experiências e conhecimentos, e não só dependente de sua competência e disciplina. Todas essas múltiplas variáveis se precipitam na pergunta que dirigirá a seu objeto (2007, p. 526).

Ao utilizar um livro de Literatura para analisar as desigualdades sociais no início do período Republicano é importante pensar que o que separa a História da Literatura não é que a História seja a reconstrução correta e verdadeira daquilo que aconteceu no passado, mas, que trabalhamos com duas modalidades discursivas que se apropriam da realidade. Essa ruptura entre a História e a Literatura é antiga e merece atenção. Dessa maneira:

A maioria dos historiadores do século XIX não compreendiam que, quando se trata de lidar com fatos passados, a consideração básica para aquele que tenta representá-los fielmente são as noções que ele leva às suas representações das maneiras pelas quais as partes se relacionam com o todo que elas abrangem. Não compreendiam que os fatos não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é- na sua representação – puramente discursiva. Os romancistas podiam lidar apenas com eventos imaginários enquanto os historiadores se ocupavam dos reais, numa totalidade compreensível capaz de servir de objeto de uma representação e um processo poético (WHITE, 2014, p. 141).

O historiador do século XIX se afastou do fictício, dessa maneira, a História universitária nasceu afastada da Literatura, a História seria vista como a ciência do real e a Literatura do imaginário. Fabrício A. A. Soares discorre sobre isso:

A imaginação, ao longo do século XIX até meados do século XX, foi colocada no campo do irreal e, por decorrência das posições científicas da época, habitou ou tentou que ela habitasse apenas o campo da literatura. A “nova” ciência da história, então, passou a ser contraposta à imaginação, e seu corolário, a literatura, passou a ser tomado como representação do imaginável enquanto que a historiografia veio a ser interpretada como representação do real (2019, p. 25- 26).

Parafraseando o historiador norte-americano Hayden White (2014, p. 135), quando representamos o passado de modo diferente do que vinha sendo feito, demonstramos nossa capacidade de figurar o mundo na linguagem, ou seja, as novas gerações não herdam simplesmente uma maior quantidade de informações sobre o passado, mas, mais conhecimento da capacidade que temos de compreendê-lo.

Ao aceitar a ficcionalidade como componente na escrita da História, não estamos afirmando que o historiador deixou de lado a sua responsabilidade na reconstrução do real, o seu trabalho continua passando pelo reconhecimento de outros historiadores e por comprovação. Nesse sentido Sandra J. Pesavento pontua:

A clássica maneira de ser da história-construção de um saber com estatuto de ciência e objetivando a verdade-é substituída por outra, na qual as fontes, matéria prima da história, são consideradas como “indiciárias” daquilo que poderia ter sido e com as quais o historiador constrói a sua versão. Neste caso, a história se reveste de uma função de criação, ao selecionar documentos, compor um enredo, desvendar uma intriga, recuperar significados (1995, p. 117).

A análise da narrativa literária reflete a maneira como a discriminação se manifestava, evidenciando aspectos importantes de relações de poder na Primeira República e se mostra uma importante fonte para pesquisadores que buscam relacionar História e Literatura. Rejeitar dicotomias, compreender momentos diferentes de produção, é importante para: “... entender as histórias do pensamento nacional como um campo aberto a novas perguntas que muitas vezes dirigimos aos mesmos autores e aos mesmos textos, mas a partir de demandas, inquietações e tempos distintos” (MONTEIRO; SCHWARCZ, 2016, p. 61). Lilia Schwarcz discorre sobre o preconceito de raça presente no Brasil logo depois da abolição da escravatura:

E a parte mais prejudicada nessa partitura foram os negros, sobretudo ex-escravos, que conviviam com o preconceito da escravidão (mesmo que extinta) e o preconceito diante de sua raça. Não por acaso, Lima Barreto, escritor que representa uma voz aguda nesse contexto, afirmou em seus diários que no Brasil “a capacidade mental dos negros é discutida a priori, e a dos brancos, a posteriori”, e finalizou, desabafando: “É duro não ser branco no Brasil” (Barreto, 2010:83). O fato é que, após a Abolição, as populações de origem africana, espalhadas por todo o território nacional – e marcadas por um preconceito silencioso que se expressava a partir de uma leitura detida, hierarquizada e criteriosa das cores -, vivenciaram situações das mais variadas. Por mais que a Lei Áurea tivesse dado fim ao cativo, não se pode dizer que tenha terminado com o tema da reescravização, por exemplo, que fez com que muitos negros aderissem à monarquia, posicionando-se contra a República. Por outro lado, imagens como a do ócio e da preguiça associaram-se rapidamente aos ex-escravos e libertos, definindo-os como desorganizados social e moralmente. Tudo isso parecia responder ao modelo empregado, que privilegiou uma sociabilidade à europeia, distanciada de nossa história colonial e mesmo imperial. Distanciada, ainda mais, dos diferentes modelos, memórias e aprendizados sociais trazidos da África por essa população. Por fim, não há como esquecer que a Abolição igualou populações que experimentavam situações diferentes de inclusão social. Ou seja, se algumas famílias de negros, durante o Império, conheceram certa ascensão cultural e econômica, com a Lei Áurea viram-se todos na mesma vala comum que os assemelhava como libertos, ex-escravos, africanos (2012, p. 62).

Para compreender as desigualdades sociais na primeira metade do século XX através da obra: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* do escritor Lima Barreto, o recurso metodológico a ser utilizado buscará entender de que maneira as narrativas são produzidas, para isso, nos apoiaremos na “*operação historiográfica*” de Michel de Certeau que analisa a

produção do texto historiográfico. Para a análise da operação historiográfica e, posteriormente, literária o autor articula o lugar de produção (lugar social), a prática e a escrita. Essas três fases podem ser analisadas separadamente, mas, é somente em conjunto que fazem sentido.

Em primeiro lugar, em relação ao lugar social Certeau afirma que é em função dele que os documentos, as questões e os interesses se organizam (instituições, profissões, etc). “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio - econômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p. 56). Assim, o livro de Literatura ou o artigo de História é sempre o produto de um lugar, no objeto de análise estudado o lugar social se mostra de fundamental importância. Lima Barreto foi um escriturário do Ministério da Guerra e ingressou no jornalismo escrevendo uma série de reportagens, além de obras ficcionais, demonstrando que o literato e o jornalista se confundem em seus escritos, através disso é possível pensar como o lugar de produção o influenciou.

Em segundo lugar, a prática diz respeito a técnicas de produção, a procedimentos de análise. O historiador e o literato obedecem a regras, trabalham sobre um material para transformá-lo em história e ficção. O historiador e o literato têm como prática articular a natureza e o cultural, e essa tarefa exige um recorte sujeito a ações do lugar social onde o indivíduo está inserido. Ao maximizar sua expressividade, Lima Barreto variava e ao mesmo tempo atraía, demonstrando assim, sua capacidade comunicativa:

É esse mesmo impulso, pois, que lhe suscita uma manifesta flexibilidade no trato e combinação de diferentes vertentes estéticas. Sua confessada admiração pelo naturalismo, particularmente de Aluísio Azevedo, não se incompatibilizava com o apreço ao neo-romantismo, nas chaves de Daudet e Rostand; o qual por sua vez convivia em harmonia com o racionalismo de Sterne, Swift e Voltaire. Seus produtos estéticos ressumam de diferentes ramais, entretecendo numa única trama matrizes artísticas excêntricas. Fato que o autor anuncia com orgulho e uma ponta de ironia (SEVCENKO, 2003, p. 194-195).

Em terceiro lugar, a História e a Literatura enquanto escrita, são uma passagem que vai da prática investigadora ao texto e possui formas como: composição, gramática e retórica. A escrita de um texto de História ou Literatura é controlada pelas práticas de quais resulta, ou seja, ela própria é uma prática social que confere ao leitor um lugar determinado. Lima Barreto através de seus escritos perpassa seis gêneros: romance, sátira, conto, crônica, epistolografia e memórias, segundo Sevcenko: “Os processos literários com que os desenvolve correspondem à narrativa caracterizada pela combinação simultânea de gêneros, estéticas e estilos, à rejeição de artifícios retóricos, à linguagem comum e descuidada, à ironia tendente à sátira e à paródia” (2003, p. 194). Analisar os textos enquanto discursos que possuem categorias específicas inclui pensar as suas contraditoriedades e descontinuidades. Para Roger Chartier:

A tarefa parece menos simples desde a partir do momento em que cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade (1991, p. 187).

Dessa maneira, acreditando que a análise de uma obra literária é capaz de representar um período a dissertação será dividida em três capítulos. O primeiro capítulo abordará o contexto em que o romance em análise foi escrito, ou seja, o contexto social, econômico e político do final do século XIX e início do século XX no Brasil. O segundo capítulo irá discorrer acerca da conjuntura literária na virada do século XIX para o XX, analisando outros movimentos além da Semana de Arte Moderna de 1922 com o objetivo de fazer ligações entre intelectuais de diferentes regiões do Brasil e que não escreveram exatamente no mesmo período. O terceiro e último capítulo pretende abordar a maneira como a narrativa escolhida passa a integrar um conjunto de referências coletivas sobre as desigualdades sociais brasileira.

1. Capítulo 1: A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX NO BRASIL

Esse primeiro capítulo aborda, através de uma revisão bibliográfica, as transformações que ocorreram no Brasil na virada do século XIX para o século XX, expondo como a troca do regime monárquico para o republicano não possibilitou o fim de práticas autoritárias ou a criação da igualdade de oportunidades. Além de aspectos políticos e econômicos, também evidencia alguns aspectos culturais, que possibilitam pensar o lugar e a influência dos escritores, em especial dos literatos, na sociedade em estudo.

O contexto social e político do Rio de Janeiro, capital do país no período analisado e local onde o escritor Lima Barreto nasceu e ambientou o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, passou por mudanças que refletiram em seus escritos e também é abordado nesse capítulo.

1.1 Da Monarquia à República

A virada do século XIX para o XX no Brasil foi um período de transformações decisivas. Em maio de 1888³ o Brasil aboliu a escravidão (última nação do Ocidente a dar fim a esse tipo

³ Em relação a abolição Hebe Mattos pontua: “A abolição da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa regente em 13 de maio de 1888, foi conquistada num movimento de desobediência civil sem precedentes e gerou a expectativa de novas reformas, ainda que não se soubesse bem como seriam feitas. Federalismo ou pelo menos descentralização, abolição do Conselho de Estado e do Senado vitalício, separação da Igreja e do Estado, criação do registro civil (instituído pela Monarquia ainda em 1888), maior participação política eleitoral,

de trabalho compulsório), no dia em que completou sete anos de idade Lima Barreto foi levado por seu pai para participar dos festejos que davam fim a escravidão em seu país. Em 1889, após vários acontecimentos e fatores decisivos (crise econômica, propaganda republicana e o desgaste entre os militares e o Império) chegou ao fim a Monarquia, ligada diretamente à escravidão, os grandes fazendeiros tinham na mão – de – obra escrava a principal força de trabalho e com a abolição da escravidão eles perderam essa força de trabalho gratuita, motivo pelo qual os levou a ir contra o Imperador, isolando a Monarquia entre as demais forças políticas. Francisco de Assis Barbosa justifica o uso das narrativas de Lima Barreto para analisar a transição do período Monárquico para o Republicano no Brasil:

É claro que a condição de mulato - e mulato incompreendido e até certo ponto perseguido - influenciou a obra de Lima Barreto. Mas isso não é tudo. Há nela muito mais do que uma reação meramente instintiva, ditada por imposições orgânicas. E que está impregnada de um profundo sentimento humano e de uma admirável compreensão do fenômeno social. Vamos ser sinceros: não será possível proceder-se a revisão da nossa história republicana, do 15 de Novembro ao primeiro 5 de Julho, trabalho que tanto se impõe, sem recorrer aos romances, contos, crônicas e artigos de Lima Barreto (2019, p. 44).

As palavras são fundamentais e imprescindíveis para o trabalho dos historiadores, os fatos não falam por si mesmos, é preciso que alguém os analise para que assim a experiência humana possa ser transmitida. Dessa forma, investigar um período, suas transformações e permanências, a relação entre os grupos e as circunstâncias em que os eventos ocorreram é de suma importância. Para Margarida de Souza Neves: “O acontecimento, com toda sua carga de significados e com a possibilidade de abrir-se a um sem-número de possíveis versões, quase nunca pertence à história vivida. Ele é, sobretudo, o território da história feita pelos historiadores” (2016, p. 34).

Um discurso não é estático, depende da experiência, ele é mediador e interpretativo, varia de acordo com o tema e a ocasião em que foi elaborado. Tanto a fala quanto o discurso são mediadores daquilo que nos são estranhos e do que compreendemos, pois, são ordenados em palavras que nos familiarizam, portanto: “Do mesmo modo, a análise pode mostrar que qualquer descrição em prosa de qualquer fenômeno contém pelo menos um movimento ou transição na sequência de enunciações descritivas que viola um cânone de coerência lógica” (WHITE, 2014, p. 15).

meritocracia e o fim dos privilégios nobiliárquicos estavam na ordem do dia. Alguns falavam mesmo, como o engenheiro liberal André Rebouças, em concessão de terras aos libertos e em democracia rural” (2012, p. 88).

Dessa maneira, levando em consideração a importância da interpretação dos historiadores referente aos acontecimentos ou a um período e entendendo que toda a descrição parte de uma interpretação, o romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* que foi ambientado no Rio de Janeiro no final do século XIX, sendo o livro de estreia de Afonso Henriques de Lima Barreto, conta a história de um jovem mulato e inteligente, Isaiás Caminha. Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, em um momento de diversas mudanças no Brasil e com as teorias raciais ganhando cada vez mais espaço, suas obras nunca deixaram de expor o preconceito racial presente na sociedade brasileira e a dificuldade que os negros possuíam de ocupar lugares centrais. Morreu no Rio de Janeiro, no dia 1º de novembro de 1922, aos 41 anos. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* saiu em folhetim na revista *Floreal*, em 1907, e em livro em 1909. Desse modo, como analisou Alfredo Bosi:

As *Recordações* são fonte rica de dados para a história social e cultural do Rio de Janeiro no começo do século XX. A condição do mestiço humilde, interiorano, depois suburbano, e os seus percalços para integrar-se na vida da capital que se modernizava a passos largos; a rotina do jornal onde achou emprego, com toda a sua galeria de tipos beirando a caricatura; enfim, o clima de fatuidade e subserviência que se respirava na imprensa e nos círculos literários da *belle époque* carioca – tudo são índices de valor documental que interessam de perto ao historiador das mentalidades de nossa República Velha (2019, p. 10).

As narrativas ficcionais ou historiográficas estão inseridas em um meio social, por isso, não são neutras e nem se mantêm distantes das diversas instituições de poder. O romance escolhido apresenta passagens passíveis de reflexões referentes a algumas relações que se davam na Primeira República através de uma narrativa literária. Sendo assim Isabel Lustosa destaca:

Para o historiador especializado no período da Primeira República, a narrativa é um convite à busca das chaves que o autor intencionalmente, motivado pela vontade de denunciar a hipocrisia e o preconceito racial vigentes no seu meio, desenvolveu. Lima Barreto acreditava que o papel da literatura era ser útil à sociedade, denunciando as injustiças sociais e, por isso, quis retratá-la da forma mais crua. A perspectiva que escolheu foi a de Isaiás, um jovem mulato, de origem modesta, inteligente, culto e cheio de sonhos de glória e reconhecimento intelectual como o próprio autor fora um dia. As situações apresentadas na narrativa são semelhantes à da cidade do Rio de Janeiro e do jornal para o qual Lima Barreto trabalhou em 1905: o *Correio da Manhã* (2019, p. 53-54).

O tema da igualdade social é bastante complexo, o exercício de alguns direitos não assegura que outros sejam gozados, a participação não leva a igualdade social, ainda mais

aquela participação relacionada a direitos políticos, praticamente inexistente no início do período Republicano e suas raízes estão no período Colonial, quando o Brasil foi colônia de Portugal. Em três séculos de colonização os portugueses construíram no Brasil uma unidade territorial, mas, nos deixaram uma sociedade analfabeta, latifundiária, escravocrata e monocultora. Dessa forma:

A história da colonização é conhecida. Lembro apenas alguns pontos que julgo pertinentes para a discussão. O primeiro deles tem a ver com o fato de que o futuro país nasceu da conquista de povos seminômades, na idade da pedra polida, por europeus detentores de tecnologia muito mais avançada. O efeito imediato da conquista foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença, de milhões de indígenas. O segundo tem a ver com o fato de que a conquista teve conotação comercial. A colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares (CARVALHO, 2002, p. 17).

A escravidão pode ser considerada o fator decisivo no Brasil que mais diretamente se relaciona com as questões de poder e conseqüentemente de igualdade social. Um exemplo válido é que: “Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo” (CARVALHO, 2002, p. 19). Ao permanecer mesmo após a Independência a escravidão trouxe muitas limitações. Sendo assim:

À época da independência, o Brasil era puxado em duas direções opostas: a direção americana, Republicana, e a direção europeia, monárquica. Do lado americano, havia o exemplo admirado dos Estados Unidos e o exemplo recente, mais temido que admirado, dos países hispânicos. Do lado europeu, havia a tradição colonial portuguesa, as pressões da Santa Aliança e, sobretudo, a influência mediadora da Inglaterra. Foi esta última que facilitou a solução conciliadora e forneceu o modelo de monarquia constitucional, complementado pelas idéias do liberalismo francês pós-revolucionário (CARVALHO, 2002, p. 28-29).

Os 67 anos que o Brasil foi regido por uma Monarquia foi um período baseado em um governo representativo, no qual uma parte dos cidadãos podia votar e existia a separação dos três poderes. A Constituição de 1824 regiu o Brasil durante todo o período Monárquico, se aproximando do absolutismo, além dos três poderes essa Constituição previa um quarto, o poder Moderador, privativo do Imperador, que nomeava os ministros do Estado independente do Legislativo. O direito a voto restringia a maior parte da população. Dessa forma:

Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. A limitação de renda era de pouca importância (CARVALHO, 2002, p. 29-30).

Ao longo da trajetória republicana no Brasil persiste muito a herança colonial e monárquica, o que muitas vezes faz com que se reproduzam práticas autoritárias tanto na esfera pública quanto na privada, dessa maneira:

O importante é que o período da Primeira República comportou-se como uma reação e um desafio à longa e enraizada monarquia brasileira, que terminava seus dias em baixa e com a popularidade do imperador em alta. O regime estava falido, por certo, mas a figura de Pedro II se sustentava, assim como sua figura carismática. Foi difícil superar essa “realeza” real e mítica, ainda mais com um presidencialismo tão desacreditado. O fato é que a República teve uma primeira década difícilíssima, mas acabou vingando a partir da construção de um projeto que previu critérios de cidadania e de igualdade jurídica garantidos pelo novo Estado. Os obstáculos eram grandes; ainda mais em um país tão marcado por práticas de favor, de domínio pessoal e violência. Não se ultrapassa facilmente um sistema que prevê a posse de um homem por outro, apenas na base do decreto e da lei. Por isso, o processo foi marcado por rupturas e continuidades; mudanças e muita manutenção (SCHWARCZ, 2012, p. 298).

A troca do regime Monárquico para o regime Republicano venho acompanhado de expectativas que foram inevitáveis, com o fim do trabalho compulsório a imaginação de uma sociedade mais igualitária e justa tomou conta das pessoas. Do Império (1822-1889) à Primeira República (1889-1930) a alteração mais significativa em relação à igualdade foi a abolição da escravidão legalizada em maio de 1888⁴. O desejo de se alcançar a modernidade era inspirada em modelos civilizatórios europeus, principalmente franceses. Nesse momento as teorias raciais discriminatórias faziam parte do cenário, bem como grandes remodelações do espaço urbano. Para Schwarcz:

O cenário que então se abriu era propício a todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades (2012, p. 19).

⁴ Lima Barreto presenciou esse momento de perto: “Aos sete anos Afonso assistiu com o pai aos festejos da Abolição. A Princesa Isabel assinara a Lei Áurea no dia dos eu aniversário. João Henriques levou o filho ao Largo do paço e à missa do Campo de São Cristóvão, para testemunhar o grande acontecimento. O menino ficou deslumbrado. Mais tarde, reconstituiu todas aquelas impressões que lhe ficaram, confusas e desordenadas, numa página de memória, que vale por um precioso testemunho” (BARBOSA, 1964, p. 31-32).

Elio Chaves Flores pontua algumas mudanças relacionadas a troca do regime Monárquico para o regime Republicano no Brasil:

Assim, com novos símbolos e heróis, e certas mudanças nos organismos institucionais e administrativos, como as províncias que passam a ser chamadas estados federados, consubstancia-se uma nova denominação oficial para o país: República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. De certa forma, os primeiros republicanos conseguem desqualificar a tradição da Monarquia brasileira como o poder de apenas uma pessoa, que o exerce a partir de caprichos e interesses privados. Não se pode esquecer que a Monarquia era o sustentáculo da escravidão e que as instituições monárquicas, entre elas o poder moderador, foram se tornando arcaicas na medida em que se aproximava o fim do século XIX (2016, p. 51).

As teorias raciais⁵ que ganharam voz no início do século XX, configuraram novas formas de divisões entre grupos humanos, essas teorias biológicas deixaram de lado os critérios de diferenciação de origem e nascimento, e: “Em vez da trajetória assimilacionista que se apresentava como estrada de percurso longo, mas possível, houve a retomada de um projeto hierárquico, agora pautado na diferenciação racial – nova moeda corrente” (SCHWARCZ, 2012, p. 21). Para Lucas S. Albuquerque: “Na passagem do século XIX ao XX, estiveram em voga no Brasil igualmente um conjunto de ideias influenciadas pela Teoria da Evolução de Charles Darwin, que pautaram em muito o modo como se teorizava sobre a sociedade. O chamado ‘darwinismo social’ e produziu o racismo científico” (2020, p. 209).

Marcadores sociais com respaldo biológico ganhavam cada vez mais atenção, cor de pele, nariz, boca e tatuagens eram usados como sinais capazes de definir a inferioridade e a falta de civilização dos homens, dessa forma: “O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros, mestiços e também imigrantes, sob o guarda-chuva seguro da biologia” (SCHWARCZ, 2012, p. 21). As premissas de igualdade e liberdade davam lugar a modelos deterministas que estabeleciam de forma rígida diferenças entre os grupos humanos, os europeus e americanos, brancos e superiores e os africanos inferiores. O determinismo biológico presente na sociedade do início do século XX é um dos fatores desencadeadores das desigualdades sociais, tema central do romance escolhido, sendo assim:

A obra deseja comprovar a inexistência de um determinismo biológico que justifique a falta de êxito dos negros nos mais variados campos e, em contrapartida, quer apresentar a tese de que tal insucesso se deve à má vontade das pessoas em geral em reconhecer os valores que os negros possuem (FONTANA; NETO, 2013, p. 13).

⁵ Esse período foi marcado por políticas de exclusivismo de isolamento social que vinham responder a falta de práticas ligadas a higiene e da aplicação do determinismo racial, dessa maneira: “Finda a escravidão, novas modalidades de hierarquia se estabeleceram, sendo a raça e a biologia bússolas a orientar a ‘nova civilização’” (SCHWARCZ, 2012, p. 25).

A partir da abolição da escravatura a diferenciação pelo nascimento perdeu espaço, no período Monárquico no Brasil e pelas características do regime escravocrata algumas vezes acontecia a alforria, ou seja, a mobilidade individual, porém, não vinha acompanhada da mobilidade social. Com a instauração do Regime Republicano a ordem social sofreu alterações, classificando os cidadãos de acordo com a sua raça, os antigos privilégios do Antigo regime serviram “em tábula rasa nesse mundo de cidadãos desempatados por critérios raciais” (SCHWARCZ, 2012, p. 25).

O “racismo científico” esteve presente nas relações entre os negros na Primeira República, vivenciado diariamente por Lima Barreto. A migração de escravos e libertos de outras regiões do país para o Rio de Janeiro, em busca de emprego, transformou a cidade, a tornando ainda mais complexa e fragmentada. Nesse contexto, é perceptível a valorização do trabalho como algo positivo. Dessa maneira, na compreensão da época:

Como indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade. A escravidão não havia dado a esses homens nenhuma noção de justiça, de respeito à propriedade, de liberdade. A liberdade do cativo não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furto, roubar, etc. Os libertos traziam em si os vícios de seu estado anterior, não tinham a ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto e não eram “civilizados” o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses. Era necessário, portanto, evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, e educar os libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade (2012, p. 68).

Além da suposta inferioridade genética, a questão do negro na Primeira República também perpassava o mundo do trabalho. A disciplina para o trabalho pode ser entendida como uma forma de controle social e conseqüentemente manutenção da ordem. O problema é que essa ordem foi buscada sem a organização do mercado de trabalho. Sendo assim:

Operários e trabalhadores formais eram em pequeno contingente, sendo em sua grande maioria domésticos e ambulantes. A desestruturação, a partir do fim da escravidão, com nenhuma política de direitos ligada ao trabalho e de um desenvolvimento de áreas produtivas, como a indústria e a estruturação de um campo de formação para novas profissões, resultou em um aumento de violência e de indivíduos que passaram a não participar desse campo, considerados naquele contexto como “vagabundos” e “malandros”. A constituição dessa categoria de indivíduos na cidade do Rio de Janeiro foi colocada como o problema a ser reprimido e combatido (ALBUQUERQUE, 2000, p. 211).

Devido ao final do trabalho escravo em 1888, a mão de obra precisava ser substituída no Brasil, pois o país estava produzindo muito café e por esse motivo incentivou a vinda de

imigrantes, principalmente europeus, e assim: “Com o tempo, a política de imigração acabaria por se normalizar, consolidando uma prática mais regular de subsídios; mas o fato é que revoltas e fugas de colonos caracterizaram o período, assim como a sensação de insegurança, que aos poucos se generalizou” (SCHWARCZ, 2012, p. 36). A República não cumpriu com as utopias que propôs, como a cidadania, a igualdade e a liberdade, segundo algumas interpretações isso se devia ao fato da alforria de africanos e negros e das novas populações de imigrantes, segundo Schwarz: “Não por acaso, a concepção predominante era que a mistura de novas culturas, valores e costumes trazia o desequilíbrio, o desamparo e o descontrole” (2012, p. 36). As teorias raciais amplamente divulgadas nas escolas de medicina, nas faculdades de direito e nos museus de etnografia, ratificavam que essa mistura de etnias era uma desvantagem para o país.

As discussões referentes a cidadania ganharam espaço no Brasil em diferentes momentos, podemos citar dois deles: no final da Monarquia e o início da República (século XIX) e no final da Ditadura Militar (século XX). A democracia no Brasil permite a escolha dos nossos representantes⁶ (presidente, governador e prefeito), porém, não assegura a liberdade e a igualdade social. Segundo José Murilo de Carvalho no primeiro capítulo do seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2002), nossos direitos podem ser divididos em três tipos: os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos permitem que a sociedade tenha participação no governo e por fim os direitos sociais que deveriam garantir o acesso a riqueza coletiva. Para que esses direitos de fato se cumpram é necessário que o Poder Executivo exerça seu papel de forma eficiente. Os direitos sociais tem o objetivo de permitir que as pessoas possuam um mínimo de bem-estar e a diminuição das desigualdades produzidas pelo capitalismo.

Dos anos 1880 a 1930 foram observadas muitas mudanças no Brasil, o crescimento geral da população estava diretamente ligado a imigração, o incremento urbano pôde ser visto em várias cidades do país, “Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e depois Belo Horizonte concentrariam esforços e recursos nesse sentido, mostrando como o eixo econômico estava agora voltado para a região Sudeste” (SCHWARCZ, 2012, p. 42). Essa urbanização trouxe novos ares para as cidades, diferentes formas de habitação, lazer, transporte e educação puderam ser percebidas, os edifícios receberam uma atenção especial e o objetivo era afastar a

⁶ A democracia tem como base a participação popular diretamente ligada aos direitos políticos, porém, essa participação estava longe de alcançar a população nacional nos anos iniciais da República. Para exemplificar: “Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população” (CARVALHO, 2002, p. 40).

pobreza para os subúrbios⁷. Apesar desses novos ares urbanos o Brasil continuou a ser um país agrário. Os dados do período demonstram essa afirmação:

Porém, não se deve exagerar a importância do desenvolvimento urbano do período. Das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%) à indústria; e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços de uma maneira geral (SCHWARCZ, 2012, p. 43).

A impressão que se tinha é que algumas coisas haviam mudado e de forma rápida, foi nesse período que cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo “aparelharam-se para exercer suas recentes disposições administrativas e sociais” (SCHWARCZ, 2012, p. 44). A paisagem urbana foi transformada e as relações estabelecidas entre pessoas de diferentes crenças e classes sociais alteraram os espaços. Schwarcz discorre sobre essas mudanças:

... Segmentos étnicos e sociais muito distintos passaram a dividir bairros e coabitar em moradias coletivas, misturando crenças religiosas e também tradições culturais. Ao lado das óperas, teatros, lojas e restaurantes elegantes – que corresponderiam ao ticket de entrada para a modernidade – proliferavam antigas práticas religiosas – rezadores, feiticheiros, benzedoras e curandeiros de toda sorte. Conviviam assim mundos diferentes, mas inesperadamente aproximados. Além do mais, cortiços, pensões, casarões ocupados por várias famílias e de alta densidade populacional marcaram a paisagem urbana. Casinhas enfileiradas, concentração em espaços exíguos, avenidas com novo tráfego, tudo gerava muita solidariedade e troca, mas também tensões, conflitos e mal-entendidos (2012, p. 50-51).

No Brasil, a modernização possuía dois lados, de um deles os engenheiros representavam a urbanidade e de outro, rituais dos tempos da escravidão dividiam o mesmo espaço. Com tantas mudanças ocorridas no final do século XIX, a nação se dividiu por inúmeras diferenças tanto regionais quanto raciais, mesmo com as diferenças o Brasil era uma nação e precisava conviver como tal mesmo que de forma desordeira. Portanto, para Schwarcz:

De um lado, a cidade, definida pela indústria, pelas oportunidades de trabalho, pelo mercado, mas também por uma política de exclusão e de distanciamentos. De outro lado, os “demais Brasis”, perdidos nos sertões, longínquos na realidade e na imaginação, ou nas florestas fechadas. Aí estavam “dois Brasis” que eram na verdade um só, mas a conviver de maneira ambivalente e conflituosa (2012, p. 24).

⁷ Assim: “Essa época também ficou conhecida pelo nome de ‘regeneração’, quando se alterou o perfil das grandes urbes brasileiras, privilegiando uma nova conformação arquitetônica e urbanística à moda francesa do barão de Haussmann, e se tratou de expulsar a pobreza dos centros urbanos. Pares opostos, mas complementares, regeneração combinava com degeneração, no primeiro caso acenando para os novos rumos que a nação deveria tomar” (SCHWARCZ, 2012, p. 36).

Francisco Franco Pereira Passos (1836-1912) conhecido como o “ditador” da Regeneração, era o Prefeito do Rio de Janeiro, na época em que o Conselho Municipal aprovou e sancionou a Lei que impedia as pessoas de andarem descalças juntamente com a obrigatoriedade do uso do paletó. “O objetivo do regulamento era pôr ‘termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos sem mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade” (SEVCENKO, 2003, p. 46).

O uso de calçados pelos negros representava a liberdade recém conquistada, símbolos de orgulho para quem os possuísse, porém, como estavam desacostumados a usar calçados acabavam por carrega-los apoiados nos ombros, aqui o sentido de liberdade se relaciona com a decisão de poder comprar aquilo que se quisesse, um viajante ilustrou essa situação: “Segundo o viajante L. Gaffre, logo após a Abolição, negros e negras, contando com suas pequenas economias, dirigiram-se às lojas de calçados, acessórios que lhes eram até então interditados” (SCHWARCZ, 2012, p. 62).

1.2 Aspectos culturais no Brasil na virada do século XIX para o XX

A revolução tecnológica e científica na segunda metade do século XIX, consagrou a Europa diante do restante do globo terrestre, como um modelo a ser seguido, os seus costumes, maneiras de agir e pensar e modos de vida se tornaram influenciadores. No Brasil em 1889 com a proclamação da República, artistas e escritores pretendiam aproximar nosso cenário aos países europeus. Em relação a cultura em um país de dimensões continentais Elias Thomé Saliba discorre:

COMO PENSAR A CULTURA NUM PAÍS DE DIMENSÕES CONTINENTAIS, cheio de contrastes, com uma população de quase 80% de analfabetos e com uma longa tradição escravista? Este é o primeiro desafio que vem à mente de qualquer historiador ao lançar um olhar panorâmico sobre a cultura brasileira no período 1889-1930. A maior parte da população do país permanecia nos rincões mais longínquos, pouco conhecidos e bem distantes dos principais polos de irradiação cultural. O trabalho escravo, mesmo após a sua abolição formal, ainda marcava a vida de grande parte dos brasileiros, eliminando quaisquer possibilidades de participação nos circuitos culturais. E o grande número de iletrados constituía um enorme obstáculo ao acesso a uma cultura ainda predominantemente letrada (2012, p. 239).

A cultura europeia era vista como a única capaz de deixar para traz aquele passado obscuro como foi o período escravista no Brasil e apontar para um futuro progressista e cosmopolita, portanto:

[...] acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no

comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do progresso—versão prática do conceito homóloga de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia. A alavanca capaz de desencadeá-lo, entretanto, a moeda rutilante e consolidada, mostrava-se evasiva às condições da sociedade carioca (SEVCENKO, 2003, p. 41-42).

Os intelectuais se enxergavam como sendo os representantes dessa nova fase e capazes de indicar o caminho que o Brasil deveria seguir. Graças a alguns intelectuais imersos em uma sociedade pluriétnica e escravista, frente a um contexto internacional que justificava a expansão europeia na África e na Ásia através do racismo, o povo brasileiro era visto com desconfiança. Sendo assim:

A cultura republicana começou, no Brasil de então, como uma projeção da intelectualidade brasileira de sua própria capacidade motivadora e transformadora, arrogando-se o papel de autênticos missionários, únicos capazes de transformar aquela sociedade arcaica e fossilizada em uma nação liberal e moderna (SALIBA, 2012, p. 240).

Embora, no início do período Republicano aconteceu um desenvolvimento na economia do país, este não veio acompanhado por um desenvolvimento humano e social, e não podemos atribuir apenas a República o mérito deste, podemos observar uma espécie de modernização no Brasil nas últimas três décadas do período Imperial⁸. Em relação aos primeiros anos da República Saliba faz algumas pontuações:

Mas bastaram apenas alguns anos para que a República mostrasse sua verdadeira face. A instabilidade e a indefinição geradas pelos primeiros governos militares e a consolidação da República com os governos civis mostraram que a realidade do Brasil estava muito distante das projeções de sua vanguarda intelectual: o regime continuou republicano na forma, mas oligárquico no conteúdo, e a sociedade tornou-se liberal no vestuário, mas profundamente conservadora na realidade. A história da cultura brasileira, pelo menos no período anterior à Primeira Guerra Mundial, pode ser definida como a história de uma longa e persistente desilusão quanto aos destinos do país. Todos os intelectuais que apostaram nas transformações do país, sonoramente anunciadas pela inauguração da República, foram paulatinamente perdendo suas apostas ao longo do período entre 1889 e 1914. As elites republicanas – às quais eles se ligavam, mas, secretamente, viam como “brincas” e despreparadas – acabaram, no final das contas, por deixá-los à margem das grandes decisões políticas e sociais. Já a maioria da população, com quem esses escritores simpatizavam, sequer os poderia entender, em face das altas taxas de analfabetismo do país (2012, p. 241).

Para Lilia M. Schwarcz no livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* as teorias raciais em voga no início do século XX foram

⁸ Ver: NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (org). O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: 8ª edição, 2016, p. 25.

absorvidas pela elite intelectual e divulgadas nos espaços formais de ensino, o ideal seguido era aquele preconizado na Europa, o progresso científico seguia modelos estrangeiros.

1.3 Nomenclaturas e suas relações com os acontecimentos

O início do período republicano recebeu várias nomenclaturas pela historiografia, dentre elas: Jovem República; República Velha; República Oligárquica, Primeira República, etc. Em relação ao termo República Velha ele não se caracteriza por ser um acaso, mas, tem relação com a Revolução de 1930 e o Estado organizado a partir daí que se denominou como sendo “Novo”, o governo de Getúlio Vargas foi visto por alguns como a introdução de uma realidade social moderna.

Ao utilizar a expressão República oligárquica para denominar os primeiros 40 anos da fase republicana no Brasil, o que se observa é a exclusão da grande maioria⁹ diante da dominação da minoria no processo de participação política, e assim: “Coronelismo, oligarquia e política dos governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise” (RESENDE, 2016, p. 91). A proclamação da República veio de um processo de desgaste do governo imperial e que tem o seu início no Manifesto republicano de 1870, a abolição da escravatura em maio de 1888 desfez a base social do regime imperial. Segundo Maria Resende:

Esses dois acontecimentos – abolição e proclamação da República – constituem marcos jurídico-institucionais que estão na base das questões políticas e sociais a serem enfrentadas pela Assembleia Constituinte na tarefa de elaboração da primeira Constituição da República (2016, p. 93).

A primeira Constituição da República no ano de 1891 tem duas palavras-chaves: federalismo e individualismo, ela tem como modelo a Constituição dos Estados Unidos da América. O individualismo é reforçado como uma inspiração liberal que já tinha sido transcrito na Constituição de 1824. Já o federalismo vem substituir o centralismo do Império conferindo aos estados e municípios uma soma de poder, assim: “Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal”

⁹ Em relação a República oligárquica: “É da coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas que deriva a expressão liberalismo oligárquico, com que se caracteriza o processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930. Ambígua e contraditória, a expressão revela que o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção e de expansão da cidadania no Brasil” (RESENDE, 2016, p. 91).

(RESENDE, 2016, p. 93). O processo de constituição da democracia no Brasil tem esse empecilho da centralidade conferida aos direitos individuais, que deixa de lado o bem público¹⁰.

Em relação ao coronelismo:

O coronelismo demarca uma mudança qualitativa na tradicional dominação do poder privado. Embora também uma forma de exercício de poder privado, ele não é uma prática. O coronelismo tem uma identidade específica, constitui um sistema político e é um fenômeno datado (RESENDE, 2016, p. 95-96).

Parafraseando Maria E. L. de Resende (2016, p. 95-96) o coronelismo que começou na República pelo princípio da Constituição Federal de 1891 atribuindo aos estados a organização dos municípios, fez com que surgisse no Brasil um poder privado local perdurando até 1930, quando Getúlio Vargas nomeou homens de sua confiança para interventores nos Estados, e esses nomearam os responsáveis pelas prefeituras dos municípios. Por isso, o coronelismo foi considerado um fenômeno diferente das formas tradicionais de poder e com data de início e fim, Resende descreve sobre o seu fim, “A liquidação final do coronelismo virá com a ultracentralização imposta por Getúlio Vargas, com o Estado Novo, em 1937” (RESENDE, 2016, p. 96).

Os eleitores desse período são condicionados pela renda e pela posse da propriedade, aqui o que predomina é o conceito de homem livre que prevalecia na *polis* grega, onde o direito de participação política é para aqueles que tem a condição de proprietário. Segundo Hannah Arendt (1990, p. 45) a conexão entre liberdade e propriedade é grande nos séculos XVII, XVIII e XIX, as leis não vinham de encontro com a defesa dos direitos, mas, da propriedade, pois era ela que assegurava a liberdade: “Pela lei eleitoral de 1881, o Império estreita as exigências sobre a qualificação da propriedade e exige dos eleitores a obrigatoriedade de saber ler e escrever” (RESENDE, 2016, p. 100), essa lei excluiu a participação de grande parte do eleitorado principalmente os libertos¹¹. Entre a abolição da escravatura e a proclamação da República a polêmica que ocupa o Brasil são as exigências dos antigos proprietários de escravos, que buscam ser indenizados pelo Estado, em relação aos libertos:

Para os libertos nada muda, mesmo depois da Lei Áurea (1888). No entanto, propostas de reforma agrária e de educação para os ex-escravos existiram no decorrer da sucessão de leis abolicionistas, pelo menos desde a década de 1870. Ignoradas pelo

¹⁰ Em relação ao federalismo: “Se o federalismo possibilita a emergência de oligarcas e coronéis poderosos em seus respectivos âmbitos de atuação, a preponderância dos interesses individuais impede que os temas da nação e da cidadania adquiram posição de centralidade na agenda política dos constituintes” (RESENDE, 2016, p. 98).

¹¹ De acordo com Carvalho (1998, p. 92, apud RESENDE, 2016, p. 100): “Por essa nova lei, o eleitorado é reduzido de 10% para 1% da população”. Transformando essa porcentagem em números “Em todo o Brasil, pouco mais de 150 mil eleitores conseguem qualificar-se pela nova lei, contra o mais de um milhão de eleitores registrados em 1870” (GRAHAM, 1997, p. 262, apud RESENDE, 2016, p. 100).

Império, essas propostas assim permanecem pelos constituintes de 1891 (RESENDE, 2016, p. 100).

A Constituição de 1891 retira a exigência da propriedade no caso do direito ao voto, mas, mantém a exclusão dos analfabetos, as mulheres permanecem ausentes¹², o resultado dessa situação é que: “Dessa forma, verificasse que, ao instituir o regime representativo democrático, as leis da República abrem juridicamente a participação no processo político, ao mesmo tempo que cerceiam, na prática, seu funcionamento” (RESENDE, 2016, p. 102). Ela também consagrou o presidencialismo com mandato de quatro anos, e a autonomia para os estados (federalismo) que teriam suas próprias constituições, porém, subordinados a uma única legislação e à Justiça Federal. Essa autonomia ficava restrita na prática, pois, dependia da distribuição das principais fontes de rendas públicas, sendo assim:

Num balanço final, é importante constatar que a política dos governadores consolida de imediato o domínio das oligarquias estaduais e a força dos coronéis nos municípios. Liquida, também, qualquer possibilidade de virem a surgir partidos nacionais, bem como de uma oposição no plano legal. Embora a política dos governadores coloque o coronel no centro da arena política, isso não significa que o poder do Estado seja fraco. Na realidade, o processo que se desenvolve denota o fortalecimento do poder do Estado nacional. Registre-se, por exemplo, que, ao executar políticas intervencionistas em favor da cafeicultura, o poder público estabelece para si um papel estratégico – o poder de intervir na economia. Por outro lado, registre-se, também, que cabe ao poder público atender às reivindicações de estados não cafeicultores, evitando o exclusivismo dos interesses do café, condição necessária para equilibrar as forças políticas nacionais (RESENDE, 2016, p. 119).

A República que então se instaurou se preocupou com a manutenção da ordem e teve o federalismo como uma estadualização dominada pelas oligarquias, o individualismo que se aproxima do liberalismo não possui raízes democráticas. A denominação de sistema político oligárquico ou coronelístico possui diferentes interpretações, porém, o mais importante ao analisar o período da Primeira República é a dificuldade de se construir a cidadania brasileira.

1.4 A aceleração do tempo na então capital do país

É preciso pensar que as mudanças ocorridas no período em questão não aconteceram da mesma maneira e rapidez de sul a norte do Brasil, nas capitais e interior. Assim o romance aqui

¹² Sobre os dados do eleitorado: “Fazendo uma análise do eleitorado da cidade do Rio de Janeiro, em tese, provavelmente, o eleitorado mais alfabetizado do país, José Murilo de Carvalho informa que nas primeiras eleições presidenciais da República (1894) votaram somente 7% do eleitorado potencial, o que equivalia a 1,3% da população (1987, p. 85). Considerando-se que o direito de voto é o mais importante dos direitos políticos, não é difícil concluir que a República significou pouco em termos de ampliação da participação da população. Essa situação permanece, basicamente, imutável no período que se examina. Antes de 1930, o número de votantes em relação ao total potencial de eleitores jamais ultrapassou a casa dos 3,5%” (RESENDE, 2016, p. 103).

analisado descreveu a realidade do Rio de Janeiro, que iniciou o século XX com perspectivas promissoras. Para Secvenko (2003, p. 39), isso se deu pela sua interferência dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país. As mudanças nos cenários econômico, político e social colaboraram para a aceleração sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca, dessa maneira:

Vertigem e aceleração do tempo. Esta seria, sem dúvida, a sensação mais forte experimentada pelos homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Ainda que de forma menos contundente, o mesmo sentimento estaria presente nas principais cidades brasileiras, que, tal como a cidade-capital, cresciam como nunca, tornavam complexas suas funções e recebiam levas de imigrantes europeus que atravessavam o Atlântico em busca do sonho de fazer a América. Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas (NEVES, 2016, p. 15).

A partir de 1870 pode-se visualizar no Rio de Janeiro o nascimento de uma opinião pública que se baseava no crescimento dos setores médios urbanos, em uma imprensa crítica e uma cultura política que valorizou a ocupação dos espaços públicos, o que se via era: “Nos cafés da efervescente rua do Ouvidor, no centro do Rio, políticos, literatos, estudantes, artistas e jornalistas de todas as províncias e com todos os sotaques formavam uma caixa de ressonância que introduzia muitas novidades ao cenário político” (MATTOS, 2012, p. 86). Também, Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha formava jovens engenheiros afeitos a República, a nova opinião pública muitas vezes confundia a ideia republicana com a modernidade e o progresso.

Um dos nomes mais conhecidos do Estado do Rio de Janeiro era José do Patrocínio, farmacêutico, jornalista e político dono do jornal *Gazeta da Tarde*, onde se reuniam artistas e escritores boêmios. A campanha abolicionista reuniu uma parte desses intelectuais.

As reformas pareceram mais próximas no âmbito do regime monárquico depois da Lei Áurea, o jurista Rui Barbosa foi o principal autor da primeira Constituição republicana e um reformista monarquista do Partido Liberal. Como as reformas eram lentas muitos ex-escravos se tornaram monarquistas e saíram em defesa da princesa Isabel apoiados por José do Patrocínio, boa parte dos ex-senhores de escravos se tornaram republicanos e exigiam indenização por parte do Estado. Logo:

Em novembro, o descontentamento militar tomou ares decididamente golpistas, envolvendo Deodoro e lideranças civis em conspirações republicanas, mas ainda assim o desenrolar final dos acontecimentos não seguiu qualquer plano articulado. Apesar das muitas controvérsias interpretativas sobre o episódio, é consenso entre os

pesquisadores que boatos de que havia uma ordem de prisão contra ele próprio e Benjamin Constant acabaram por convencer um Deodoro que se encontrava em casa com problemas de saúde a liderar as tropas sublevadas. Em parada militar, o velho marechal dirigiu-se ao Campo de Santana, e entretanto no quartel-general onde estavam reunidos os representantes do governo, destituiu o último gabinete monárquico. As tropas legalistas, muito mais numerosas, sob o comando do general Floriano Peixoto, não esboçaram reação. Apesar da conspiração republicana que preparou o ato, naquele primeiro momento Deodoro limitou-se a derrubar o gabinete. Só ficou claro para todos que se tratava de mais do que isso quando, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, algumas horas depois, uma representação liderada por José do Patrocínio declarou, em nome do povo, consumada a queda da Monarquia e proclamada a República como nova forma de governo do Brasil. Apenas à noite instalou-se um governo provisório. O imperador foi intimado a deixar o país em 24 horas. A partida da família imperial foi realizada de madrugada e em movimentação sigilosa (MATTOS, 2012, p. 89).

A República proclamada através de um golpe teve dois modelos que se confrontaram: o liberal federalista, que seguia a constituição aprovada e o da ditadura positivista, defendida por intelectuais ligados ao positivismo ortodoxo e por políticos, buscava o respeito ao estágio da evolução do país e defendia que um governo forte deveria ser comandado por homens de ciência. Desse modo:

O jacobinismo, radicalismo popular com conotações xenófobas (antiportuguesa, em especial), com agenda voltada para questões sociais, aliava-se com a ideia da tutela militar, e foi mobilizado pelos dois primeiros presidentes militares, Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). O acesso ao emprego público logo se tornou importante moeda política no meio urbano, associando clientelismo e radicalismo popular. Confirmado na presidência pelo Congresso constituinte, em 1891, Deodoro imediatamente interveio em praticamente todos os estados, colocando no poder apenas grupos afinados com a sua política. Em minoria, tentou, em seguida, dissolver o Legislativo e instalar uma ditadura, mas foi logo deposto e substituído pelo vice-presidente, Floriano Peixoto. Empossado presidente, Floriano repetiu o mesmo enredo, intervindo em praticamente todos os Estados e demitindo funcionários públicos considerados “deodoristas”. Os novos executivos estaduais, por sua vez, dissolveram suas assembleias e os tribunais judiciários. Além disso, a nova constituição exigia que se realizassem novas eleições se a vacância da presidência se desse antes de dois anos do mandato, lançando a sombra da inconstitucionalidade à presidência de Floriano (MATTOS, 2012, p. 94-95).

Logo, nesse contexto de grandes transformações sociais, econômicas e culturais no início do século XX no Brasil, o romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, evidencia uma crítica a parte da sociedade (políticos, empresários, elite econômica, etc) intolerante e preconceituosa brasileira, que passava por uma reurbanização e limitava a participação de negros e mulatos em determinados segmentos sociais. Dessa maneira:

Lima Barreto centrava as baterias de sátira nos tipos locais da sua convivência com a cidade, suscitando no leitor a ideia promissora (parece que ausente em Machado de Assis) de que outra devesse e talvez pudesse ser a nossa realidade, caso a República se nortearse por princípios justos e solidários, herdeiros radicais da Ilustração e da Revolução Francesa. Para tanto, as instituições deveriam perder o seu poder cruel de marginalizar um cidadão de pele escura ou roupa surrada (BOSI, 2019, p. 28).

Assim sendo, a análise da narrativa literária reflete a maneira como a discriminação se manifestava, evidenciando aspectos importantes de relações de poder na Primeira República e se mostra uma importante fonte para pesquisadores que buscam diferentes documentos para pensar o final da Monarquia e o início da República. Lima Barreto nasceu e relatou um momento em que o Brasil passou por transformações significativas, a troca do Regime Monárquico para o Republicano e o fim do trabalho escravo provocaram greves, guerras civis, políticos assassinados e rebeliões. À vista disso:

Consequentemente, aqueles que se *opuseram* e resistiram a esse modelo que, não se tenha nenhuma ilusão, foi imposto, ou mesmo outras regiões do país cuja inserção no capitalismo se processou de *outro modo*, inclusive em decorrência da hegemonia política e econômica paulista, foram classificados como *tradicionais, atrasados e bárbaros*. Movimentos sociais urbanos e rurais como, por exemplo, a Revolta da Vacina, Canudos, Contestado, a Revolta dos Marinheiros, foram interpretados como desvios indesejáveis da história, símbolos do atraso e da barbárie, e seus agentes, como *ignorantes, inferiores racialmente*, que não compreendiam e, por isso mesmo, *não tinham o direito de questionar o processo em curso e de escolher seus próprios destinos enquanto seres humanos brasileiros* (SEVCENKO, 2003, p. 194).

As oligarquias afastaram o povo das decisões e tornaram esse período turbulento. Ao contrário do que se espera da República esse foi um momento em que o povo se distanciou muito da democracia. O romance retrata esse período através do olhar de um mulato pobre que percorreu o espaço da então Capital Rio de Janeiro.

2. Capítulo 2: O CONTEXTO LITERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O movimento modernista na literatura brasileira não deve ser analisado de maneira simples e isolada, mas como desencadeador de outros movimentos e sua relação com gerações anteriores. A importância de analisar as correntes estéticas presentes no Brasil no período estudado se fundamenta na opção de estarmos analisando uma obra literária imersa em um contexto de transformações sociais que foram refletidas na maneira como os literatos escreviam e pensavam seus enredos.

Este capítulo aborda a interpretação de diferentes literatos que se debruçaram a analisar as mudanças e permanências que estavam acontecendo no Brasil na virada do século XIX para o século XX. Para isso, selecionamos alguns movimentos literários: Pré – Modernismo, “A Geração de 1870”, O movimento modernista carioca e o Movimento modernista em São Paulo, o objetivo é evidenciar a pluralidade de experiência e os diversos diálogos estabelecidos entre os intelectuais do período.

Ao utilizar uma obra de literatura como fonte para uma pesquisa historiográfica, concordamos com Michel de Certeau que afirma que o produto final da historiografia é um texto, assim como ele é o resultado do trabalho dos literatos. Dessa forma, pensar o contexto literário e histórico em que o romance foi escrito nos possibilita compreender melhor o caminho trilhado pelo autor, as bases e inspirações que originaram o seu texto.

2.1 Pré - modernismo

Como visto no capítulo anterior, o final do século XIX e início do século XX apresentaram mudanças significativas na economia, relações pessoais, contexto social e político no Brasil, e, a literatura não ficou imóvel diante de tantas mudanças. Acerca das mudanças na literatura nesse período e parafraseando Sevcenko (2003, p. 122) aquele passado romântico baseado nas emoções não consegue mais explicar as transformações históricas que estavam acontecendo, o fracionamento do romantismo não culminou em uma única escola literária, mas, em várias. Portanto, pensar o contexto literário é fundamental para compreender, de forma mais aprofundada, o estilo de escrita de Lima Barreto, pois o autor escreveu nesse tempo histórico, sendo assim:

Não há dúvida, pois, de que a literatura, graças em grande parte ao carisma prodigioso herdado do romantismo do século XIX, gozava de um prestígio ímpar nesse período, soando mesmo como um sinônimo da palavra cultura. Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou simples funcionários públicos, todos

buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar (SEVCENKO, 2003, p. 274).

Sendo assim, as correntes estéticas que predominaram no Brasil no período Monárquico e Republicano estão diretamente relacionadas com as mudanças sociais que a sociedade vinha passando. A Monarquia no Brasil foi marcada pelo romantismo e de forma sucinta: “O romantismo representou bem um modelo de sociedade estável, mantida sob um sistema homogêneo de autoridade, como o do Segundo Reinado no Brasil” (SEVCENKO, 2003, p. 275). Podemos pensar esse movimento artístico no qual o campo do ideal e das emoções sofria a ação mais intensa, o sistema de valores fazia referência a uma perspectiva social privilegiada que orienta o topo da pirâmide em direção à base, o sistema econômico letárgico mantinha as riquezas estáveis por grandes períodos de tempo, passando uma imagem de consolidação da sociedade. De todo modo:

[...] lembrando o óbvio, as *Recordações do escrivão Isaías Caminha* foram escritas há um século na esteira do realismo europeu, cujos modelos, lidos e amados por Lima Barreto, eram Stendhall, Balzac, Dickens, Flaubert, Maupassant, Eça de Queirós, Gógol, Dostoiévski, Tolstói. No interior desse corpus vigorava um projeto de narração como *forma literária* capaz de mediar, pelo trabalho da composição, as imagens do real colhidas na obra e, na outra ponta, capaz de transfigurar, pela força do estilo, as paixões que as marés da existência suscitavam na alma do narrador. Foi no âmago dessa concepção de romance, que trazia em si, combinadas, exigências realistas e românticas, que Lukács propôs a distinção entre *narrar* e *descrever*. A narração levaria ao coração da personagem os múltiplos episódios compostos à sua volta e que passariam a ser inerentes ao seu destino. A descrição, ao contrário, conteria sempre uma certa dose de exterioridade, valeria pelos seus efeitos miméticos ou decorativos, mas não se fundiria organicamente com os pensamentos e atos dos protagonistas (BOSI, 2019, p. 24-25).

Lima Barreto, ao se debruçar sobre autores de diversas vertentes estéticas, tinha simpatia pelo naturalismo em especial pelos textos de Aluísio Azevedo. Valorizava também o neo-romantismo de Daudet e Rostand e buscava inspiração no racionalismo de Sterne, Swift e Voltaire. Procurou evidenciar em suas obras a realidade, a sociedade heterogênea, onde coexistiam vários grupos sociais com oscilações e tensões, na qual estava inserido, tentando ao máximo descrever de forma crítica os ambientes em que passou, mesmo que esse retrato demonstrasse as desigualdades e injustiças.

Para Schwarcz, Lima Barreto produzia: “Uma literatura engajada, preocupada em conscientizar os leitores dos problemas de sua sociedade. Essa seria a função social de sua literatura, bem como a justificativa, mais digna, para seu romance de estreia” (2017, p. 227). Era defensor do realismo europeu, confessava que não tinha pretensão literária, lia para aprender a escrever e fazer literatura com o objetivo de mudar a opinião dos seus concidadãos,

para que refletissem e deixassem de lado a hostilidade. Sevcenko descreve as características do realismo e do naturalismo:

Já o realismo e o naturalismo representam a sociedade multfragmentada, em que, havendo sido rompido o sistema de hegemonia de uma elite uniforme, vários grupos sociais se vêem encorajados a conceber a sociedade a partir da sua perspectiva particular. Calcadas sobre uma realidade de intensificação das operações econômicas, oscilação, tensão e confronto das forças sociais, essas estéticas configuram um mundo turbulento e sem posições fixas. Os cenários, os personagens, os figurinos e até a maquiagem dos atores mudam constantemente. A encenação é confusa, os papéis se baralham, não há limites estritos para a ação regulados por normas imutáveis, as próprias regras se refazem ao sabor dos interesses dos personagens e das contingências do roteiro. Pensamento e sentimento passam para o segundo plano, num mundo de valores indefinidos, em que a indefinição é o maior valor (2003, p. 275-276).

Barreto tinha uma proposta de literatura crítica e popular, através de seus textos o autor tem o objetivo de opinar sobre a realidade brasileira de forma incisiva, sem “maquiar” os preconceitos encravados nas relações dos cidadãos e ao mesmo tempo popular, ao utilizar uma linguagem mais simples. Em relação à linguagem Sevcenko acrescenta: “Lima insistia em que as preocupações gramaticais e estilísticas não deturpassem a naturalidade dos personagens, nem fantasiassem os cenários” (2003, p. 196).

Nas últimas décadas do século XIX, a corrente realista-naturalista ganhou espaço na literatura brasileira, encerrando a estagnação que aconteceu no Segundo Império. Segundo Maria Cristina Batalha: “Lima pode ser considerado um precursor de um modelo ficcional que coloca em primeiro plano a periferia, com seus personagens, suas mazelas e potencialidades humanas, sem o glamour das visões romanticamente idealizadoras” (2012, p. 52). Lima Barreto circulou em espaços paralelos aos oficiais das academias e não possuía apadrinhamento literário. Com uma trajetória sofrida mostrou as feridas sociais de uma sociedade destoante.

No Brasil a Semana de Arte Moderna¹³, que aconteceu de 12 a 17 de fevereiro de 1922 em São Paulo, é associada por muitos intelectuais como a instauração do moderno, como se ela e o modernismo fossem sinônimos, mas é necessário analisar esse processo de forma mais profunda. É comum lermos ou ouvirmos que o modernismo na literatura brasileira está

¹³ Em relação a Semana de Arte Moderna: “A assim chamada Semana de 22, que aconteceu em São Paulo no Teatro Municipal, visava a romper com os modelos herdados ‘do passado’ e introduzir no Brasil as vanguardas europeias. Em questão estava a introdução da realidade local, dos trópicos, dos negros, da mestiçagem. Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, entre outros, representavam e se autoanunciavam como os representantes de uma nova era da cultura brasileira, mais afinada com um projeto moderno” (SCHWARCZ, 2012, p. 330).

diretamente ligado e é sinônimo da Semana de Arte Moderna. Em relação a essa centralidade de São Paulo é possível reconsiderar a ideia de exclusivismo:

Entretanto, se São Paulo cumpriu o papel de núcleo de produção de ideias, vale relativizar sua centralidade exclusiva. No Rio de Janeiro, a contestação a uma literatura mais estabelecida partia justamente dos ambientes onde Lima circulava e participava de forma ativa. Anarquistas, simbolistas, definiam-se como uma geração avessa à Primeira República e a suas políticas de exclusivismo social e de bovarismo cultural e literário. Boa parte deles já se conformava, e eram reconhecidos como o grupo boêmio carioca que, com seus textos e atitudes, queria se divertir mas *épater* também (SCHWARCZ, 2017, p. 447).

Ao analisarmos o modernismo, outra questão que vem a tona é o termo Pré-modernismo, muitas vezes considerado como um período que antecedeu o modernismo no Brasil. O romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* foi escrito nesse contexto literário, por isso, é importante pensar as nomenclaturas e as divisões que estavam acontecendo no gênero literário do país. Segundo Alice Á. P. Martha: “O início do século XX no Brasil, no que se refere às tendências críticas e, notadamente, no período entre 1907 e 1922, pode ser observado como reflexo e mesmo continuidade das idéias positivistas, deterministas e cientificistas que dominaram o século anterior” (2000, p. 1).

O Pré-modernismo deve ser compreendido em seu sentido e também, em seu recorte temporal. No ano de 1939 Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, 1893-1983) foi o responsável pela criação do conceito de Pré-modernismo para denominar o “momento de alvoroço intelectual, marcado pelo fim da grande guerra [1914-1918] e, entre nós, por toda uma ansiedade de renovação intelectual, que alguns anos mais tarde redundaria no movimento modernista” (ATHAYDE, 1939, p. 07). Ainda em relação ao Pré-modernismo:

[...] configurou-se um período marcado por conflitos no campo artístico e literário brasileiro: de um lado, representantes de uma arte alinhada aos valores clássicos; do outro, representantes de uma crítica global às velhas estruturas mentais, negação do academicismo e ruptura com a cultura oficial, num esforço de penetrar mais fundo a realidade brasileira (ARAUJO, 2012, p. 132).

O termo Pré-modernismo, desde a sua criação, foi tema de muitas discussões e discordâncias, primeiramente devido a sua própria nomenclatura, alguns autores discordam em relação a datação desse movimento literário e outra questão que permeia essas discussões é a heterogeneidade de sua produção cultural. Em relação ao seu marco temporal, a semana de Arte Moderna, que é vista como o início do período Modernista no Brasil, recebe questionamentos em relação a sua importância. Para Nelson Werneck Sodré: “A Semana tem sido superestimada, [...] pois sua importância, meramente episódica, embora característica sob muitos aspectos do

verdadeiro caráter do movimento, foi muito menos do que pretendem fazer crer alguns de seus participantes e alguns de seus cronistas” (1995, p. 525).

Alfredo Bosi atribuiu ao termo Pré-modernismo duas concepções nem sempre consoantes. Na primeira “ ‘pré’ indica apenas ‘uma conotação meramente temporal de anterioridade’” (BOSI, 1969, p. 11) e podemos relacionar essa afirmação com o período do intervalo entre o Simbolismo e o Modernismo. Quanto aos autores podemos destacar: Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Xavier Marques e Raul Leoni, que não romperam com a estagnação cultural da Primeira República. Essa cultura era compatível com os modelos europeus e não levava em consideração as diferenças existentes no Brasil. Na segunda concepção, o termo *pré* é mais em sentido cultural, ou seja, “tudo o que rompe, de algum modo, com essa cultura brasileira oficial, alienada e verbalista, e abre caminho para as sondagens sociais e estéticas retomadas a partir de 22” (BOSI, 1994, p. 197). Os autores aqui representados são aqueles que problematizam a realidade em que estão inseridos, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Graça Aranha, Lima Barreto, Augusto dos Anjos e Afonso Schmidt, a esses competiu: “o papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional” (BOSI, 1994, p. 307). Em relação aos gêneros literários perpassados por Lima Barreto considerado um autor que problematizou a sua realidade, Sevcenko esclarece:

A literatura de Lima Barreto se distribui por seis gêneros: romance, sátira, conto, crônica, epistolografia e memórias. Os processos literários com que os desenvolve correspondem à narrativa caracterizada pela combinação simultânea de gêneros, estéticas e estilos, à rejeição de artifícios retóricos, à linguagem comum e descuidada, à ironia tendente à sátira e à paródia. Desde muito cedo, no início mesmo de sua carreira de escritor, fixou como objetivo “escapar às injunções dos mandarinos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte”. E conduziu à prática admiravelmente essa proposta, buscando nas mais variadas experiências literárias os padrões de que comporia sua arte, dosando-se com criatividade. Esses modelos estão no romance francês, na ficção russa, na novela humorística inglesa, nas parábolas do classicismo, no teatro escandinavo; de todos sorveria algo, sem prender-se a nenhum (2003, p. 194).

Pensar o movimento modernista na literatura brasileira e atrelá-lo diretamente a Semana de Arte Moderna de 1922 sem estabelecer as devidas ligações com movimentos e intelectuais anteriores é deixar de lado as relações necessárias para compreender como esse movimento aconteceu no Brasil.

Parafraseando Monica Pimenta Velloso (2016) existe uma polêmica em torno dos conceitos de moderno, modernidade e modernismo, que são discutidos constantemente pela

historiografia e na qual a questão da temporalidade tem um papel determinante. Ao pensar sobre o modernismo é preciso antes de mais nada, localizá-lo na dinâmica histórica.

No início do século XX, mesmo antes da guerra de 1914, a mentalidade modernista estava tomando espaço de forma rápida na maioria dos países desenvolvidos. Nestes “Romper bruscamente com a tradição e reinventar a história foi o propósito utópico da mentalidade modernista que, com seu fascínio pelas heresias culturais, expandiu -se e universalizou-se no mundo ocidental no início do século XX” (SALIBA, 2012, p. 275). Esse rompimento com a tradição não era algo simples e fácil. Dessa maneira:

Recomeçar do zero. Este era um projeto quase universal da cultura modernista, na sua ansiedade por encerrar definitivamente a *belle époque* e sepultar, por entre os tristes escombros da guerra, fragmentos daquele projeto liberal, igualmente utópico, de uma grande comunidade internacional, autorregulada pelas mãos invisíveis da perfeição e da harmonia (SALIBA, 2012, p. 275).

Os modernistas buscavam romper o passado do presente e instaurar a irregularidade. Para Mcfarlane e Bradbury (1989) no livro *Modernismo, guia geral, 1890 – 1930*, o modernismo partiu de duas visões de mundo que no século XIX foram mantidas em separado – a intuitiva e a mecanicista. A procura das emoções provenientes do contato com a vida, renunciando o intelectualismo, tornou a tarefa de separar de forma estanque o racional e o irracional difícil. Pensando em uma conjuntura mais geral, não somente brasileira Mônica Pimenta Velloso afirma:

No contexto internacional, é a partir da aceleração do processo urbano industrial – ocorrido em meados do século XIX – que vão surgir movimentos de ordem literária, política, religiosa e científica. A consciência da modernidade, segundo Le Goff (1984), nasce precisamente do sentimento de ruptura com o passado (2016, p. 353).

Ao tentar entender melhor o modernismo, não de forma estanque, concordamos com Velloso (2016) que o contexto internacional ajuda esclarecer esse processo: “a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade” (p. 353).

Em relação ao lugar ocupado por Lima Barreto, Schwarcz reitera: “[...] ele acabou no limbo nesses inícios da década de 1920, que ficaram para a história da literatura como um pré-algo, no sentido de serem ‘quase’ um período e não outro” (2017, p. 495), termos como pré-modernos ou *belle époque* se tornaram usuais. Porém, para os modernistas paulistas, devido também a sua morte prematura, justamente em 1922, por questões geracionais ele foi

identificado aos “velhos” e não aos “novos”. Para o grupo da Revista *Klaxon*¹⁴, Barreto era carioca demais, foi acusado de fazer justamente aquilo que não compactuava, como o excesso de palavras que muitas vezes não tinham significado. Em relação ao seu modo de escrever:

Falando do ponto de vista do excluído, do negro, do pobre, do suburbano, do louco e do prisioneiro, a ficção de Lima Barreto traz à baila noções como progresso, originalidade e vanguarda cultural, questionando a necessidade do novo a qualquer preço. No plano narrativo, esses temas são desmistificados e seus conteúdos são colocados sob a ótica da relativização; no plano do discurso, a desconstrução e o esvaziamento se operam pela ambiguidade que se instala do ponto de vista do narrador, que mantém com o protagonista uma relação que oscila entre a adesão e o afastamento crítico; no plano estético, o questionamento se expressa pela apropriação dos recursos da escrita folhetinesca enquanto produção voltada para o consumo popular, o que evidencia a preocupação de Lima em incluir leitores marginalizados pela cultura erudita (BATALHA, 2012, p. 57).

Lima Barreto através de sua ficção incorporou a estética popular e suburbana. O que os modernistas de semana de 1922 fizeram foi trazer a tona os sertanejos, indígenas e africanos, deixando de lado as propostas antagônicas dos subúrbios das grandes cidades. Os escritores brasileiros do início do século XX coadunam com o ideal de progresso divulgado e disseminam suas ideias a favor da construção da nação brasileira.

2.2 A “Geração de 1870”

Ao pensar sobre as mudanças literárias no Brasil, o contexto histórico é de suma importância. O Brasil sofreu inúmeras alterações técnicas e industriais na virada do século XIX, que alteraram de forma significativa a sociedade, como por exemplo, o fim da guerra com o Paraguai (1865 -70) que pode ser visto como uma divisão entre o tempo antigo e o moderno. Esse conflito teve consequências políticas e econômicas para todos os países envolvidos, além da grande mobilização humana. José Murilo de Carvalho reitera a importância dessa guerra na construção da identidade nacional brasileira, segundo ele:

O principal fator de produção de identidade brasileira foi, a meu ver, a guerra contra o Paraguai. O Brasil lutou em aliança com a Argentina e o Uruguai, mas o peso da luta ficou com suas tropas. A guerra durou 5 anos (1865-1870), mobilizou cerca de 135 mil soldados vindos de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de milhares de famílias. Nenhum acontecimento político anterior tinha tido caráter tão nacional e envolvido parcelas tão grandes da população, nem a independência, nem as lutas da Regência (todas provinciais), nem as guerras contra a Argentina em 1828 e 1852 (ambas limitadas e envolvendo poucas tropas, algumas mercenárias) (2002, p. 78).

¹⁴ Periódico fruto da Semana de Arte Moderna.

Devido a II Revolução Industrial na Europa, novos fluxos de modernização adentraram no Brasil na década de 1870 e ocorreu uma complexificação nas dinâmicas comerciais, sociais e culturais no Brasil. Foi mediante essas mudanças que surgiu a chamada “Geração de 1870”.

Velloso além de afirmar a importância da dinâmica histórica para se pensar o movimento modernista, também volta 50 anos antes da Semana de Arte Moderna de 1922 para compreender de forma mais profunda esse movimento. Dessa forma:

Para entendermos como ele de fato ocorreu, vamos empreender uma viagem retrospectiva no tempo e no espaço. Meio século antes de acontecer, em São Paulo, a famosa Semana de Arte Moderna, já existia no Brasil um movimento literário que foi denominado pelo crítico e historiador José Veríssimo de “modernismo”. Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha destacaram-se como intelectuais que compunham esse grupo, conhecido como a ‘geração de 1870’. Se conhecemos bem alguns desses nomes, geralmente não associamos as suas figuras e produção literária ao nosso modernismo. Isso acontece justamente porque acostumamos a pensar o modernismo como um movimento espaço-temporal definido: São Paulo, 1922. Geralmente não prestamos a devida atenção aos ‘sinais de modernidade’ que já vinham despontando, das mais distintas maneiras, em várias regiões e cidades (VELLOSO, 2016, p. 354).

Essa geração de intelectuais traduziu as mudanças ocorridas na política. O Manifesto Republicano de 1870 evidenciou a urgência da abolição da escravidão e da instauração do Regime Republicano. Esse documento pode ser visto como um marco da modernidade brasileira, pois, essas duas mudanças pretendidas eram indispensáveis para que o Brasil entrasse na modernidade.

O que mobilizou a Geração de intelectuais de 1870 era entender a múltipla identidade da nacionalidade, isto é “Nos cantos, contos, poesias e danças, o brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço” (VELLOSO, 2016, p. 356). Mesmo que a ideia que predominava era a do europeu superior e do brasileiro inferior, a identidade mestiça começou a ser reconhecida nesse período.

De acordo com Angela Alonso os: “Movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social” (2000, p. 42). Os movimentos sociais podem ser considerados uma forma de organização da ação coletiva, que buscam novas demandas, em outras palavras, eles ocorrem em momentos de crise, quando os grupos menores ou silenciados se organizam e vocalizam seus projetos. Em relação aos processos que configuraram a formação da Geração de 1870, Alonso discorre: “A estrutura de oportunidades políticas que propicia a configuração do movimento intelectual da Geração 1870 é composta por dois processos fundamentais: a cisão da elite política imperial e uma modernização conservadora incompleta” (2000, p. 42).

É importante pensar que os movimentos não acontecem de forma separada, e possuem vínculos. Para ilustrar podemos citar na mesma época os movimentos culturais que buscavam a valorização dos astecas, incas e maias na América hispânica. Valorizar a diversidade cultural incentivou a modernização, logo:

Essa ideia é importante, pois revela a relação entre os intelectuais da geração de 1870 e aqueles vinculados à cultura modernista dos anos posteriores. Não importa quão precários sejam esses vínculos identificadores entre as diferentes gerações intelectuais. É necessário considerar que em todo processo de leitura há uma seleção de ideias, uma absorção diferenciada que é ditada pelas necessidades do contexto político-cultural. Para a geração de 1870, 'ser moderno' significava, sobretudo, buscar uma compreensão do significado de ser brasileiro, compreensão essa que deveria ser mediada pelo instrumental cientificista (VELLOSO, 2016, p. 357).

Ainda em relação a Geração de 1870, segundo Bruno Gintyjo do Couto:

[...] a perspectiva desses intelectuais procurou inserir o Brasil numa história evolucionária, lendo o momento conturbado do país como uma crise de transição na direção da civilização moderna e que deveria ser regada por uma política científica guiada por uma vanguarda ilustrada. Através dos recursos teóricos das teorias europeias, procuravam entender a singularidade histórica brasileira e os entraves que mantinham o país em situação de atraso (2016, p. 100).

Podemos afirmar que os estudos realizados pela Geração de 1870 influenciaram os modernistas de São Paulo do início do século XX, tanto que as questões referidas sobre a nacionalidade foram retomadas mais tarde pelos modernistas paulistas, ou seja “É importante deixar claro esse ponto: já existiam determinadas tradições filosóficas no pensamento brasileiro que vão ser retomadas, e sobretudo reelaboradas, ao longo da década de 1920” (VELLOSO, 2016, p. 358). O moderno foi uma construção organizada ao longo do tempo e para que ele acontecesse houve elaborações imprescindíveis, assim:

Ocorre que, de modo geral, a nossa historiografia não estabeleceu esses vínculos de continuidade entre o pensamento dos intelectuais da geração de 1870 e os da geração de 1920. Essa operação ocorreu em função do predomínio de uma visão marcadamente estetizante do movimento modernista em que se priorizou o papel das vanguardas intelectuais e artísticas na condução do processo. Estudos recentes vêm mostrando a impossibilidade de se trabalhar com um sentido unívoco do modernismo (VELLOSO, 2016, p. 358).

Se o modernismo pode ser visto como um processo, e a Geração de 1870 mesmo que não de forma direta influenciou a de 1922, é possível repensar a ideia de pré-modernismo.

Repensar a ideia de pré-modernismo inclui refletir o lugar ocupado por Lima Barreto, que por muitos foi considerado um autor pré-modernista, desse modo:

Em consequência, torna-se questionável o conceito de “pré-modernismo” que esteve tão presente na nossa historiografia literária. Frequentemente encontramos ainda expressões como ‘antecedentes’, ‘pródromos’, sendo também corrente a ideia de um ‘vazio cultural’, atribuído ao Rio de Janeiro, após a fase da denominada *belle époque* (VELLOSO, 2016, p. 358).

Quando datamos um único momento de manifestação do movimento modernista é possível que percamos a percepção de dinâmica do processo histórico, pois pensar em apenas um discurso ou uma determinada leitura sobre o moderno é deixar para traz e esquecer os processos que ocorreram anteriormente. Portanto “Essa leitura – inspirada na centralidade de 1922 – foi construída pelos modernistas paulistas, que frequentemente se apresentaram como arautos da modernidade brasileira” (VELLOSO, 2016, p. 358). A importância que o grupo de 1922 teve é inegável, porém, não podemos esquecer de outras expressões de fundamental importância que fizeram parte da dinâmica cultural brasileira.

2.3 O movimento modernista carioca

Parafrazeando Velloso (2016, p. 359), é necessário atentar para três características que instauraram o modernismo: pensar o movimento de 1922 em um processo de dinâmica, desassociar o modernismo necessariamente ligado às vanguardas artístico-culturais e repensar a inserção dos intelectuais cariocas¹⁵ no cotidiano urbano, como exemplo:

No Rio de Janeiro, nessa conjuntura, destaca-se a atuação de um grupo de intelectuais que demonstra uma sintonia expressiva com a cultura do modernismo. É o grupo dos boêmios, que tinha como um dos principais instrumentos de comunicação a linguagem humorística. Através dos escritos satíricos e das caricaturas, o grupo busca mostrar as mudanças que estavam ocorrendo nos tempos modernos. Esse grupo era composto por cronistas como Lima Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes e José do Patrocínio Filho, incluindo também os caricaturistas de maior projeção do momento como Raul Pederneiras, Kalixto e J.Carlos (VELLOSO, 2016, p. 360).

¹⁵ Segundo Carvalho (1987, p. 138, apud VELLOSO, 2016, p. 361 - 362): “Na condição de cidade - capital, o Rio de Janeiro apresentava algumas especificidades que devem ser analisadas para compreendermos como se deu o processo de modernização e quais os matizes que o particularizaram. Antes de tudo, é necessário considerar a existência de um fosso profundo entre o Estado e o conjunto da sociedade. As elites políticas mostraram-se incapazes de incorporar as camadas populares: o governo negava a participação do cidadão nos negócios públicos, mas, em contrapartida, era vetada a ingerência pública na vida doméstica”.

Entre os anos de 1890 a 1920, esse grupo utilizando do humor e da sátira fez várias reflexões sobre a nacionalidade “Tagarela (1902), O Malho (1902), Fon – Fon (1907), Careta (1907) e D. Quixote (1917) são algumas das revistas nas quais o grupo marcou presença” (VELLOSO, 2016, p. 360). O grupo dos boêmios era liderado por José do Patrocínio, conhecido como o “pai da família boêmia”. É importante citar José do Patrocínio pois, normalmente seu nome é associado ao movimento abolicionista sem ligação com a cultura boêmia. Essa falta de ligação de Patrocínio com os intelectuais boêmios pode ser relativizada. Todavia, a intelectualidade boêmia participou de diversas lutas pela instauração do regime republicano.

Por meio de artigos e jornais esse grupo defendia o regime republicano atuando na luta a favor de valores como justiça e participação social, mas, após a abolição da escravidão e a instauração da República, esse projeto de uma sociedade mais democrática não se concretizou. Nesse contexto, o Rio de Janeiro tinha as suas particularidades.

Muitos intelectuais do período foram absorvidos pelo jornalismo que cresceu graças ao ambiente mercantil que as mudanças estavam acarretando, sendo assim: “O ingresso maciço dos literatos no jornalismo é por si só uma testemunha muito eloquente da mudança da condição social do artista” (SEVCENKO, 2003, p. 127). Ele impôs uma nova linguagem padronizada e empregou artistas com baixas remunerações, limitou a criação dos artistas, e pode ser visto como um desafiador da ordem até então estabelecida no que diz respeito a novos hábitos e do quanto a sua propagação implicava em questões governamentais. Alfredo Bosi na introdução do romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, aponta como o jornal foi fundamental para a trajetória do personagem principal Isaiás:

Vimos como a maturação do mocinho provinciano se veio fazendo à força de machucados que deixaram na sua alma não poucas cicatrizes. Isaiás já fora recusado até mesmo em empregos humílimos e já percebera, enfim, que estava na sua cor o motivo da rejeição. Como contínuo em um grande órgão da imprensa da capital aprenderá o poder da hierarquia em meios pretensamente liberais. Ele observará atentamente os colegas de redação ora de baixo para cima, enquanto subalterno, ora de cima para baixo, enquanto olho crítico que julga cada palavra e cada gesto do seu interlocutor ... O jornal é a porta em que Isaiás vai bater quando a fome ronda a sua vida esquálida de migrante sem rumo. A sala de redação é o *habitat* onde ele pôde conhecer, sem maiores riscos, os bastidores suspeitos da comédia política e os balcões do mercado literário já em pleno funcionamento na capital modernizadora da República Velha. No jornal ele descobrirá a sabotagem mais torpe sob a retórica da liberdade de imprensa; o arbítrio mais duro sob a máscara da divisão de funções; a meia cultura com todas as suas distorções sob a linguagem das ideias gerais; o estilo pífio ou pretensioso escudado na gramatiquice dessa época áurea de manuais de bem escrever (BOSI, 2019, p. 25-26).

Uma parte do grupo de boêmios se juntou às camadas populares partilhando o sentimento de exclusão social. Para que o modernismo seja entendido de forma correta é necessário compreender essas trocas culturais que aconteceram entre os diferentes segmentos da sociedade:

Na cidade - capital havia todo um quadro favorável à absorção de influências. Da mesma forma que o Rio de Janeiro absorvia as diversidades regionais – vindas de todos os estados – também funcionava como poderoso polo irradiador de culturas. O oficialismo da vida cultural sempre voltada para o cenário europeu coexistia com expressivas tradições nacionais marcadas, sobretudo, pela influência da cultura negra (VELLOSO, 2016, p. 363).

Esse exemplo do Rio de Janeiro é oportuno, pois permite repensar as expressões do moderno, a cultura urbana modernista no Rio de Janeiro deve ser compreendida através das ruas, praças, cafés literários, lagos e as festas populares, e não de forma sistemática, dessa forma o “Procedimento esse que nos leva a um redimensionamento do tema, questionando - se, sobretudo, o paradigma de 1922, instituído, durante longo tempo, pela historiografia literária” (VELLOSO, 2016, p. 371), pensando outros espaços que não se vinculam diretamente com o movimento formal organizado e pensado através do cotidiano, consequentemente:

É na dinâmica do cotidiano, portanto, que começam a despontar expressões do moderno representadas por personagens as mais variadas que transitam por distintos mundos sociais. Nomes como os da maestrina Chiquinha Gonzaga, do músico popular Sinhô e dos cronistas João do Rio e Lima Barreto são referências obrigatórias nesse elenco do moderno. O que essas figuras tiveram em comum foi a tarefa – mesmo que não consciente necessariamente – de unir o erudito ao popular, tornando esses domínios receptivos à intercomunicação. A partir daí se esboçam as bases de uma identidade coletiva veiculada através de expressões da cultura popular (VELLOSO, 2016, p. 370).

Em relação aos escritores cariocas desse período, Lima Barreto, ao representar a cultura popular em seus escritos, passou por vários ambientes, Sevckenko descreve, de forma clara, esses cenários indo de encontro ao pensamento de Monica Pimenta Velloso:

Os ambientes em que Lima Barreto vai buscar e apresenta os seus heróis são também os mais diversos e desnivelados. Suas descrições envolvem: interiores domésticos burgueses e populares, estabelecimentos de grande e pequeno comércio, cassinos e bancas de jogo do bicho, festas e cerimônias burguesas, cosmopolitas, cívicas e populares, bares, malocas, bordéis, alcovas, pensões baratas, hotéis, freges, pardieiros, repartições públicas, ministérios, o gabinete presidencial, cortiços, favelas, prisões, hospícios, redações, livrarias, confeitarias, interior de navios, trens, automóveis e bondes, zonas rurais, ruas, praias, jardins, teatros, cinemas, estações ferroviárias, pontos de bonde, cais, portos, escolas, academias, clubes, ligas cívicas, casernas, cabarés, cemitérios, circos, teatros de marionete, tribunais e oficinas (SEVCENKO, 2003, p. 192-193).

Para ilustrar essa afirmação podemos citar uma passagem do romance: “Chegamos afinal a uma casa. Lembrei-me da minha casa paterna. Era o mesmo aspecto, baixa, caiada, uma parte de tijolos, outra de pau a pique; em redor, uma plantação de aipins e batata-doce” (BARRETO, 2019, p. 299). Para Velloso é necessário pensar o conjunto da nacionalidade, dessa maneira:

A instauração do modernismo data, portanto, de um longo processo feito de avanços, lampejos inovadores e gestos de contenção, ocasionando polêmicas incessantes. Encontramos na nossa produção literária e artística – incluindo - se aí as caricaturas – esses sinais de modernidade, já presentes desde a virada do século XIX para o XX. Nesse processo é irrecusável o papel desempenhado pelos intelectuais paulistas na década de 1920 (VELLOSO, 2016, p. 371).

O Rio de Janeiro (cidade-capital) recebia muitas influências, tanto regionais quanto internacionais, principalmente europeia, mas, também era um polo emissor de culturas e a influência negra era uma constante misturada com as tradições europeias, sendo assim:

É nesse contexto que deve ser pensada a atuação dos intelectuais boêmios, compostos pelo grupo dos cronistas e caricaturistas já mencionados. Parte expressiva desse grupo tendeu a aliar-se às camadas populares, compartilhando o sentimento de rebeldia e de exclusão social. Houve um forte intercâmbio cultural entre esses grupos, estabelecendo-se frequentemente parcerias musicais, no teatro de revista e no carnaval (VELLOSO, 2016, p. 362).

Para amparar a pesquisa que pensa um romance escrito em 1909, por um autor negro, imerso na boemia carioca, é possível nos apoiar em Chalhoub e Pereira, que afirmam: “qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico - , logo apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7). Ao pensar a obra de Lima Barreto imersa no contexto literário dos boêmios podemos verificar que essa preocupação em maximizar as desigualdades sociais perpassou seus escritos e confirma a ideia de que é impossível que uma obra literária esteja inerte ao seu tempo.

2.4 O movimento modernista em São Paulo

No final do século XIX, o Brasil era visto pela cartilha do darwinismo social que acreditava na existência de sociedades inferiores e superiores que fazem referência a diferentes etnias. Acreditava-se que “[...] esse quadro de atraso e inferioridade poderia ser modificado, desde que o país conseguisse acelerar a sua marcha evolutiva, integrando - se ao contexto

internacional” (VELLOSO, 2016, p. 355). Porém, após a Primeira Guerra Mundial, a forma de se pensar o Brasil apresentou mudanças, logo:

No pós-guerra modifica-se radicalmente a maneira de se pensar o Brasil. A visão da nacionalidade e da arte como força primitiva, espontânea, indomável e marcada, particularmente, pela ideia de inferioridade étnica não se sustentava mais. É clara a tentativa de se buscar organizar a nacionalidade a partir do Estado. Exemplo desse empenho são as ideias contidas nas obras de Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro* (1914), e de Olavo Bilac, *A defesa nacional* (VELLOSO, 2016, p. 371).

Nesse período é perceptível como os intelectuais buscaram redefinir a identidade nacional, que refletia o contexto internacional devido ao declínio da Europa e a ascensão da América do Norte, sendo assim:

A Europa não é mais vista como o centro do modelo civilizatório, outras culturas passam a ser vistas como interessantes e começaram a ser mais “visadas”. “Artistas e intelectuais europeus viajam ao Brasil para buscar inspiração no nosso folclore, na literatura e na música popular” (VELLOSO, 2016, p. 372).

Ao analisar o pensamento modernista brasileiro, é necessário considerar uma questão de fundamental importância: a teoria da importação das ideias. Durante muito tempo, a historiografia interpretou a influência das vanguardas intelectuais sobre a nossa produção intelectual como corpo estranho e sem conexão com o nosso solo de ideias, dessa maneira:

Prevalcia, então, a visão do mimetismo cultural, espécie de sombra refletindo a luz irradiadora de um centro. Em grande parte, acabava – se interpretando o modernismo como uma espécie de movimento tupiniquim, mero mimetismo em relação às vanguardas artístico-culturais europeias (VELLOSO, 2016, p. 373).

Em um processo de atualização cultural não é correto acreditar que os intelectuais brasileiros apenas imitavam, eles selecionavam e faziam uma releitura dos valores e das tradições europeias. Ao caracterizar o movimento modernista paulista é preciso ter claro que ele não era homogêneo, mas produziu visões distintas sobre a ideia de nacionalidade.

Até o ano de 1924, os intelectuais pensavam e buscavam uma atualização da nossa cultura, isto é, “No Manifesto Pau - Brasil, publicado no *Correio da Manhã* em 18/03/24, Oswald de Andrade expressa muito claramente essa ideia ao enfatizar a necessidade de “acertar o relógio império da literatura nacional” (VELLOSO, 2016, p. 374). Porém, a partir de 1924, o que se buscava entender eram as particularidades da cultura brasileira. As diferentes visões da nacionalidade são construídas de acordo como cada modernista pensava a brasilidade e o passado do Brasil, assim:

O grupo dos verde-amarelos – composto de Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Candido Motta Filho – representa a vertente conservadora do modernismo paulista. Para esses intelectuais, a busca da brasilidade passa a ser concebida como um “retorno ao passado”. Compreende-se o passado como o reduto das nossas tradições mais puras e verdadeiras. Os verde-amarelos buscam explicar a nacionalidade recorrendo ao simbolismo do Curupira, figura inspirada nas lendas do nosso folclore. Tendo os pés voltados para trás, o Curupira efetuará o seu deslocamento no tempo, sempre marcado pela ideia de um eterno retorno. A compreensão da brasilidade só se dá a partir desse retorno às pegadas do passado, considerado esse a chave explicadora da nacionalidade (VELLOSO, 2016, p. 374 - 375).

A compreensão de brasilidade desse grupo era baseada na geografia, pois “Parte-se do pressuposto de que é a geografia que faz a história, alterando o seu curso de maneira decisiva” (VELLOSO, 2016 p. 376). Seu símbolo é o bandeirante, um personagem patriota e sério, seu trajeto pelo Brasil é sempre o mesmo: São Paulo, não se permitia conhecer outros lugares. Eles pensavam em dois Brasis, o interior como autêntico e o litoral como artificial, desse modo:

No Manifesto Pau-Brasil, publicado por Oswald de Andrade no *Correio da Manhã* em 18/03/24, constrói – se uma outra percepção da brasilidade. É nítido o esforço de criar uma percepção baseada no princípio da síntese cultural, capaz de unir o “lado doutor” da nossa cultura com as tradições populares. É necessário “unir a Floresta e a escola, o Museu Nacional, a cozinha, o minério e a dança”, proclama Oswald de Andrade (VELLOSO, 2016, p. 377).

Esse Manifesto se contrapôs à visão oficial da história, através de uma visão bem-humorada do colonizado. Em 1928 Oswald de Andrade publicou o Manifesto Antropófago, defendendo a integração das culturas. Para Andrade (1928) o contrário da burguesia no Brasil não eram os proletários e sim os boêmios. Mário de Andrade sugeriu um Brasil plural e dinâmico, com relações entre o presente e o passado, mas que devem ser entendidas em um momento atual, pois “Em *Macunaíma*, o herói sem nenhum caráter¹⁶ constrói-se a imagem de um Brasil móvel, de um Brasil que é simultânea e sucessivamente negro, índio e branco” (VELLOSO, 2016, p. 379). Mário de Andrade procurou nessa obra, defender a integralidade da nacionalidade, as regiões eram fundamentais, mas deveriam ser vistas para enriquecer o conjunto. O autor criticava a visão regionalista, as regiões deveriam ser vistas enquanto integrantes de algo comum. Parafrazeando Telê Ancona Lopez a obra *Macunaíma* valorizava a ideia da tropicalidade, se diferenciando da arte europeia, demonstrando a nossa identidade e os nossos contrastes (1978, p. 38).

¹⁶ “Para o autor, a figura de Macunaíma corporificava ironicamente a nossa dualidade linguística. Quando falava, o herói não poupava gírias, salamaleques e palavrões. Mas, ao escrever – como na carta pras icabiabas -, assumia ares de verdadeiro bacharel. Vasculhava os dicionários atrás de adjetivos e verbos que traduzissem o “bom falar lusitano”. Macunaíma é um personagem ambíguo. Mente, inventa, trapaceia e tem, sobretudo, uma imensa preguiça. Transita pelos mais diferentes espaços modernos e tradicionais, urbanos e rurais, relaciona – se com todo tipo de gente, conhece as mandingase as máquinas, é vencedor e vencido” (VELLOSO, 2016, p. 381).

2.5 Um Brasil plural visto por meio de diferentes perspectivas

Os movimentos modernistas cariocas e paulistas possuíam inúmeras semelhanças, mas, é necessário estabelecer algumas diferenças também. Os modernistas de São Paulo em um primeiro momento evidenciaram em suas obras aspectos como: cidade, cinema e progresso e só depois de 1924 o tema da nação ganhou espaço. Os modernistas cariocas não se dispuseram a importar modelos, eles apresentavam algumas características: valorização da cultura popular, a dessacralização da arte, o envolvimento do artista no mundo e a atualização da tradição. Enquanto os paulistas apreciavam a velocidade, não se posicionavam sobre as questões políticas, se o faziam era para enaltecer as autoridades, os cariocas valorizavam a dinâmica da sua época (VELLOSO, 2016).

De acordo com Sevckenko (2003, p. 200), Lima Barreto misturou vários estilos em sua escrita e perpassou variados ambientes. Dessa forma, criou conexões com os seus leitores fazendo com que alcançasse o seu objetivo de abordar como se davam as relações naquele período, logo:

Nada de arte desinteressada. Nada de artifícios verbais. Literatura, sim, mas com objetivo certo e definido, estabelecendo entre o escritor e o público um compromisso, para ajuda-lo a conhecer não apenas o drama íntimo de cada um, como também as competições, erros e misérias da sociedade em que vivemos. Literatura militante, como a que sempre praticaram Lima Barreto no Brasil e Eça de Queirós em Portugal, seguindo a lição de Taine e Brunetiére, tratando de tudo o que pertence ao destino de todos nós, uma vez que – justificaria o próprio escritor – “a solidariedade humana, mais do que nenhuma outra coisa, interessa o destino da humanidade” (BARBOSA, 2019, p. 42-43).

O romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* possui um grande número de referências pessoais¹⁷, além disso em alguns momentos, é difícil separar a ficção da realidade. Lima Barreto se incomodava com os desdobramentos da ciência altamente discriminatória que ganharam espaço no início do século XX. De acordo com o pensamento de Sevckenko (2003, p. 223), sua obra possui uma dimensão ligada ao poder e ao distanciamento entre as pessoas devido a discriminação. A outra dimensão se refere a consciência dos humilhados fazendo com que dessa forma haja um ideal de confraternização entre os membros da humanidade, assim:

No Brasil republicano, como em tantas outras formações sociais egressas de um passado colonial, raça e classe sobrepunham-se definindo uma condição subalterna que nem sempre o talento individual ou o favor conseguiria resgatar. A poesia e a

¹⁷ “Lima Barreto, em sua obra de estreia, *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, adota os recursos da escrita realista autobiográfica, já trabalhada em tom reflexivo por Flaubert na *Educação sentimental* e nos romances em primeira pessoa de Dostoiévski *Humilhados e ofendidos* e *Recordações da casa dos mortos*” (BOSI, 2019, p. 10).

ficção mostram a face subjetiva dessa história que, em grande parte, ainda é nossa contemporânea (BOSI, 2019, p. 36).

A discussão relacionada ao pré-modernismo é relevante para abordar como é problemático colocar os escritores em “caixas” separadas como se não dialogassem. Para compreender as mudanças literárias do final do século XIX até o início do século XX, foi necessário estabelecer as aproximações entre os intelectuais da Geração de 1870, os intelectuais caricaturistas do Rio de Janeiro e os modernistas paulistas da década de 1920, dessa maneira:

Apesar das profundas diferenças de aparatos conceituais e de abordagem, todos esses intelectuais estavam mobilizados para uma questão em comum: entender a brasilidade, sobretudo entendê-la num contexto de mudanças. Contexto esse marcado pelo ingresso do país nos “tempos modernos”, fato que se verificou historicamente na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (VELLOSO, 2016, p. 382).

Com a entrada do Brasil no cenário internacional, os intelectuais se viram forçados a refletir sobre as nossas raízes com o objetivo de reconstruir a nossa nacionalidade: “Em meados da década de 1920, a questão era mais complexa: a compreensão do nacional, entendendo - o como elemento de mediação para o diálogo com as vanguardas artístico-intelectuais” (VELLOSO, 2016, p. 382). Era necessário mostrar uma experiência singular para que o Brasil fosse considerado um país civilizado, isto é, “Reconhecer a nossa identidade multifacetada foi, portanto, uma problemática comum às distintas gerações intelectuais” (VELLOSO, 2016, p.382). É perceptível que a busca da brasilidade que mobilizou a Geração de intelectuais de 1870 também mobilizou os intelectuais da década de 1920. Voltando ao nosso autor, Schwarcz discorre sobre a dificuldade de enquadrar ele em um lugar estanque:

Lima também passava a ser assumido pela crítica como um autor “entre”: entre gerações, entre gêneros, entre grupos. Não se identificava com seus vizinhos de Todos os Santos, mas também não dominava totalmente os padrões de sociabilidade que vigoravam em boa parte dos círculos literários cariocas. Se não se adequava aos padrões das gerações que imediatamente lhe antecederam, nem aos daqueles com as quais convivia, tampouco parecia coadunar-se com o estilo das novas vogas literárias, que faziam barulho entre os jovens paulistanos. O autor de *Policarpo Quaresma* considerava “os moços de São Paulo” adeptos demais das vogas futuristas e legítimos representantes das novas elites burguesas e industriais. Já os modernistas paulistanos, ao menos nesse primeiro momento, reservaram a Lima o mesmo tipo de aversão que guardavam com relação ao grosso da produção literária que vinha do Rio de Janeiro, e o julgaram conservador demais. Um regressista que não admitia a entrada dos novos costumes, vogas artísticas e literárias ou hábitos urbanos (2017, p. 496)

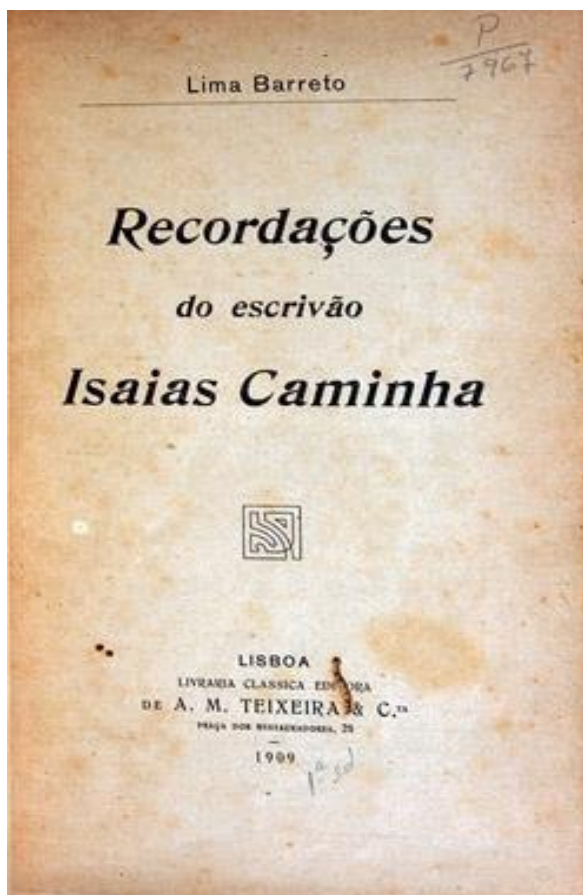
Na metade do século XIX com a forte influência das teorias do evolucionismo positivista, se admitia um conjunto cultural diversificado, o índio e o negro deveriam ser absorvidos para que não desaparecessem (o Brasil era idealizado como sendo branco nesse período). Através do olhar dos caricaturistas e revistas de humor cariocas do início do século XX, se pensava o brasileiro plural como o imigrante, o português, o negro, a mulata e o índio. Foi essa mesma visão que expressaram os artistas e intelectuais paulistas.

Muitos autores, em diferentes regiões, com diferentes inspirações buscaram pensar o que significava ser brasileiro diante daquele contexto de tantas transformações não só no Brasil como internacionais. Nesse caso específico, o romance analisado mostra o olhar de um mulato e pobre que enfrentou preconceito racial e econômico e o contexto social se transforma em literatura.

3. Capítulo 3: UM PASSADO PRESENTE

O capítulo que segue discute trechos da obra com o objetivo de pensar as críticas trazidas por Lima Barreto por meio do personagem Isaías Caminha. As trajetórias de vida, nesse caso, de um personagem de ficção, podem evidenciar aspectos importantes da História, que perpassam o individual e vão de encontro ao coletivo. A produção de um literato será usada como material de pesquisa historiográfica para aprofundar o exercício intelectual e melhor compreender as sociedades do passado.

Figura 1- Capa da primeira edição



Fonte: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**, 1909. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16636/recordacoes-do-escrivao-isaias-caminha>. Acesso em: 10 mar. 2021.

3.1 Lima Barreto como uma representação da sociedade

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em uma sexta-feira 13 de maio de 1881, em Laranjeiras, Rio de Janeiro, na época capital do Império. Segundo Francisco de Assis Barbosa,

um dos mais importantes historiadores da literatura brasileira do século XX, responsável pela primeira biografia de Lima Barreto escrita nos anos 1950: “Não verificamos qual a posição dos astros nesse dia, mas não deveria ser lá muito favorável, pois essa força misteriosa e desconhecida se chama destino sempre conspirou contra Afonso Henriques de Lima Barreto” (1964, p. 17-18). Era filho de um tipógrafo quase preto, João Henriques de Lima Barreto, e de uma professora mulata filha de escravos, Amália Augusta. Em setembro de 1879 com o nascimento do filho primogênito, faleceu com oito dias de vida, Amália começou a ter sua saúde debilitada, sofreu um traumatismo que a obrigou a andar de muletas durante meses, jamais se recuperou por completo. João Henriques e Amália tiveram quatro filhos no total, Afonso Henriques em 1881, Evangelina em 1882, Carlindo em 1884 e Eliézer em 1886 (SCHWARCZ, 2017).

Amália faleceu em dezembro de 1887, vítima de uma tuberculose, deixando o tipógrafo João Henriques viúvo aos 35 anos, com quatro filhos para criar sendo o mais velho Afonso com sete anos e o menor Eliézer, que na época não tinha nem dois anos completos. Possivelmente, o que mais marcou a fase inicial da vida de Afonso Henriques de Lima Barreto foi a morte da mãe já nos primeiros anos de vida. Conforme Lilia Schwarcz: “O escritor guardou para sempre a imagem da mãe morta, combalida pelos partos e pela doença, com quem aprendera o abecê e que vira num caixão, com apenas seis anos” (2017, p. 57). Ficando com a responsabilidade de cuidar de seu pai diagnosticado com desequilíbrio emocional, Lima Barreto aos 16 anos entrou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas, em razão da doença do pai, teve que largar os estudos para trabalhar. Tornou-se funcionário público e jornalista, morreu aos 41 anos de idade, vítima do alcoolismo e de um ataque cardíaco. Em relação a dependência alcoólica Sevcenko afirma: “Durante todo esse mergulho vertiginoso na sombra da miséria, da insegurança, da abominação social, Lima Barreto deixou seus colegas de boemia e academia pelos companheiros de bar ou de desfortuna” (2003, p. 234).

Não é possível escrever sobre Lima Barreto e deixar de lado o tema do alcoolismo e da saúde mental. O alcoolismo era considerado no início do século XX um fator de degeneração mental e que implicava uma conduta imoral diante da coletividade. O alcoolismo era relacionado a algo negativo, uma degradação moral e social, um vício que incitava a criminalização. Trazendo essa discussão para o romance analisado, Marco Antonio Arantes afirma:

Em seu romance de estréia, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, é feita uma das primeiras menções ao alcoolismo enquanto fonte de esquecimento dos problemas pessoais. As motivações que levaram o protagonista Isaías a pensar em

embriagar-se (já que o ato não se consumou), relacionava-se sobretudo à revolta e ao protesto que manifestava contra a posição subalterna dos negros e mulatos na sociedade brasileira nos primeiros anos da República; uma República que se desejava nova, mas que herdava cinquenta anos de Império sempre instável. Instabilidade que atingiu seu ápice com a abolição e que, de certo modo, arruinou a estrutura agrária que dependia basicamente dos escravos na lavoura (2008, p. 7).

Se no início o uso de álcool era uma dúvida para Lima Barreto com o passar do tempo foi se tornando frequente, era uma espécie de mecanismo de fuga para enfrentar uma vida difícil. Por seu baixo preço, Paraty era a bebida preferida do autor, popular no Rio de Janeiro no início do século XX. Paraty é o nome usado para fazer referência à cachaça, da cidade de Paraty, lugar onde a economia devido aos engenhos de cana-de-açúcar dependia muito da produção de cachaça. Ele foi internado cinco vezes, o alcoolismo se tornou um problema crônico na vida de Lima Barreto, a ponto de impedir que o autor lesse um livro.

Lima Barreto frequentava vários ambientes, por um lado se aproximava da elite devido a sua educação formal e conhecimento, por outro estava diretamente ligado às classes populares devido a sua condição financeira e cor de pele. Ele ficou conhecido nos meios cariocas, não fez parte da Academia Brasileira de Letras, por duas vezes o autor teve o seu nome recusado, na terceira tentativa ele desistiu antes da final do pleito.

Mesmo falecendo aos 41 anos de idade, em 1922, Lima Barreto deixou uma obra de dezessete volumes que incluem: artigos políticos, ensaios de crítica literária, contos, crônicas e romances. Barreto nunca se casou, nem teve casos amorosos duradouros. Não é possível analisar uma obra sem atrelá-la a quem a escreveu, pois toda investigação está ligada a uma série de fatores: culturais, econômicos, ideológicos, políticos, sociais, etc. Nesse caso, as ações sociais do ambiente que o autor viveu exercem um papel de grande importância na construção de seus personagens. Sendo assim:

Instituição viva e flexível, já que é também um processo, ela possui na história o seu elo comum com a sociedade. O ponto de interseção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor. Eis por que uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período (SEVCENKO, 2003, p. 299).

Conhecer a biografia de Lima Barreto é importante para situar o lugar de fala do autor, lembrando aqui o que Certeau (1982) afirma sobre a importância do lugar social, onde os interesses são articulados. Lima Barreto, escriturário do Ministério da Guerra, prestou concurso público por falta de opção. A profissão de amanuense era corrente na época, chamados de copistas eles reproduziam e copiavam textos e documentos. O autor nunca enxergou a profissão

como uma saída digna, mas, era esse emprego que lhe dava o sustento, porém, não trazia satisfação pessoal, tinha uma vida diretamente ligada a boêmia carioca, morava na capital do país, convivia com literatos e jornalistas (SCHWARCZ, 2017). Em relação a sua profissão Schwarcz acrescenta:

Brincando com o uso de um tom um tanto didático, explica que naquele emprego nada há de “imprevisto”, assim como não se requer “esforço” algum; só se espera pelo dia seguinte com “calma e suavemente, sem colisões”. Amanuenses convertem-se assim em metáforas certas do novo regime; com o seu cotidiano de fazer sempre o mesmo e nada criar, a não ser nos “dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República”. De fato, parece que o escritor despedia pouco tempo mental como amanuense. Tanto que passou a escrever contos, crônicas e até trechos de futuros romances nos versos ou nos alçaques marcados com o timbre da Secretaria da Guerra (2017, p. 146).

O lugar social é importante, pois é ele quem define o que é possível de ser realizado, servindo também como uma validação dos discursos. O contexto em que Lima Barreto está incluído está na base das representações das desigualdades sociais apontadas em sua obra. Podemos afirmar que muitas denúncias que a obra de Lima Barreto traz tem relação direta com a escravidão que durou mais de 300 anos no Brasil. Ele foi um autor do seu tempo e esse tempo foi de transformações. Sobre isso:

[...] um país não passa impunemente pelo fato de ter sido o último a garantir a vigência de um modelo de trabalho que pressupõe a posse de um homem por outro. Essas são estacas fortes, que constroem a sociedade. A escravidão não foi apenas um tipo de mão de obra, ou um detalhe da nossa economia. Ela criou um modo de ser e estar em tal sociedade: uma linguagem social com graves consequências. Essa é, pois, uma história coletiva, mas também individual porque traz os dramas de cada pessoa e de cada família. Nesse sentido, ela atingirá em cheio a vida dos Barreto e a literatura de Lima, que jamais abriu mão de denunciar as mazelas da escravidão no Brasil, os mecanismos de humilhação, bem como as diversas formas de racismo por aqui vigentes (SCHWARCZ, 2017, p. 26).

Ainda sobre a importância desse autor para compreender as relações sociais que se deram na Primeira República Gérson W. Fraga acrescenta:

Há, desta forma, por parte de Lima Barreto, algo que até então pouco fora visto nas publicações que se ocupavam do Brasil: o deslocamento de nossas mazelas do homem – em especial do homem comum, habitante do interior, das periferias e dos cortiços – para o sistema produzido e comandado por aqueles que tinham em suas mãos os destinos do país. Em seus personagens estava o contraponto à leitura até então apresentada pelas elites, de um país que não evoluiria devido à miscigenação e a mestiçagem. Mestiço que era, Lima Barreto sentia em sua própria pele o peso da discriminação e do preconceito, a fechar portas e oportunidades de ascensão social. Morador da capital da jovem República, tinha diante de si os exemplos vivos dos vícios que subsistiam de maneira arraigada na administração da coisa pública, tratada como espaço privado e objeto de favores e negociações. O tipo de brasileiro que apresenta, portanto, é o que mais destoava dos que até aqui foram tratados: não

mais a causa, mas o agente passivo de todos os problemas que uma nacionalidade em formação poderia acarretar. Não admira, desta forma, que a questão de uma cidadania mal resolvida seja uma constante em suas obras. Como oferecer cidadania ao escrívão Isaías, estigmatizado por sua cor... (2009, p 88-89).

O romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha* saiu em folhetim na revista *Floreal*, em 1907. A revista *Floreal* só lançou quatro números, acabou em 1908 e com o seu fim também terminou um dos sonhos de Lima Barreto, pois era ali que ele publicava seus artigos. Ela havia publicado os dois primeiros capítulos inteiros e metade do terceiro do Isaías Caminha. O romance foi lançado pela Livraria Clássica Editora, no ano de 1909, com sede em Lisboa. Naquele momento a mais importante editora do Brasil era a Garnier, porém, ela só publicava obras de autores de prestígio e Lima Barreto não fazia parte desse grupo. A condição para o lançamento era que ele abrisse mão dos direitos autorais. O autor tinha feito planos em relação a recepção que seu livro teria: “Estrear com barulho, ser discutido, analisado, criticado, atacado, numa palavra ser notado, ser alguém!” (BARBOSA, 1964, p. 159). Em relação a notoriedade de um romance José M. M. Remedi assinala:

No entanto, mesmo os romances que não carregam o peso e a importância de uma obra maior ou revolucionária podem cumprir o papel de retomar uma história coletiva fadada ao esquecimento e à escuridão. Pela produção literária, toda uma gama de atitudes, emoções, grupos e indivíduos podem adentrar no espaço da história (2003, p. 197).

Recordações do escrívão Isaías Caminha deu início à vida literária¹⁸ de Lima Barreto, em relação ao seu conteúdo: “O romance trazia de tudo um pouco – crítica social, fofoca literária, bastidores do jornalismo; o suficiente para chamar bastante atenção e causar escândalo” (SCHWARCZ, 2017, p. 227), evidenciando as desigualdades sociais no início da Primeira República, as políticas de exclusivismo e de discriminação. Para Sevcenko: “Os textos artísticos se tornaram, aliás, termômetros admiráveis dessa mudança de mentalidade e sensibilidade” (2003, p. 287), demonstrando como a transição de um período para outro deixou resquícios na sociedade em muitas situações dando a ideia de continuidade e não de ruptura. Porém, a obra de Barreto não foi bem recebida por críticos que o acusaram de ser um romance à *clef*, baseado na experiência pessoal do autor, com pouca imaginação, no entanto, essa crítica pode ser contestada se pensarmos que *Recordações* foi um romance afrontoso para a época e

¹⁸ Em relação ao romance de estreia: “[...] Lima escolheu conscientemente apresentar-se na cena literária a partir de uma obra combativa; um romance de crítica social, insistia, citando Taine, Descartes, Spencer e contrapondo-se a tudo que era realizado no país” (SCHWARCZ, 2017, p. 214).

escrito por um autor principiante. Em relação ao nome do protagonista do romance Isaías aponta para o profeta bíblico e Caminha faz referência ao escrivão-mor da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Isso demonstra a imagem dissonante do personagem e sua voz de denúncia, de um lado e de outro a proximidade com o poder. Em relação a sua importância e a relação que se estabelece entre ficção e realidade José Osmar de Melo pontua:

Daí se pode dizer que as recordações não podem nem devem se confundir com o fato histórico, mas nem por isso interessam apenas o agente individual que as compõe. Do mesmo modo, se elas se prendem às vivências do agente individual, contêm um patamar da ficcionalidade, uma via privilegiada de acesso a ela. Não sendo realidade, dizem no entanto da forma como a história foi vivida; não sendo pura ficção, dizem como em seu compositor se deposita e estrutura o ficcional. O que recorda nos permite reler o enlace entre o histórico e o ficcional, entre as facetas autobiográficas e a criação, entre o real e o não real; as recordações dizem e não dizem do autor. Velam e desvelam seu discurso polifônico e marcado pela pluralidade de vozes: do oprimido e do conivente com as estruturas sociais vigentes, do reacionário e do revolucionário. A voz de Isaías Caminha é paradoxal justamente por ser plural, polifônica, dialógica, apontando, por isso mesmo, para os vários e multifacetados discursos sociais. Na voz de Isaías Caminha, outras vozes se manifestam: a do poder e a que reivindica a mudança da sociedade. Ao conduzir seu personagem ao fracasso, o autor conclama a sociedade a lutar contra os mecanismos sociais e o poder de uma elite branca, que oprime os negros, mulatos, pobres, prostitutas, favelados, etc. Mediante a personagem Isaías Caminha, o autor parece querer passar ao leitor uma mensagem de caráter moralista: aliar-se ao poder não vale a pena. Principalmente quando se é negro ou mulato, porque a entrada nesse universo significa a perda e a identificação com os valores burgueses dos brancos (2004, p. 345-346).

Na época em que Lima Barreto lançou o romance *Recordações*, ele tinha escrito o livro *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, marcado pelo aspecto filosófico e pelo conflito interior do personagem principal, que poderia ter sido lançado no lugar do *Recordações*, mas, a escolha do romance foi feita de forma consciente pelo autor, que teve a intenção de causar no leitor certo desconforto e incomodo. Barbosa discorre sobre essa escolha:

Era um tanto cerebrino, o Gonzaga de Sá, muito calmo e solene, pouco acessível, portanto. Mandei as *Recordações* do escrivão Isaías Caminha, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar, e temo, não que ele te escandalize, mas que te desagrade. Como contigo, eu terei grande desgosto que isso aconteça a outros amigos. Espero que esse primeiro movimento, muito natural, seja seguido de um outro de reflexão em que vocês considerem bem que não foi só o escândalo, o egotismo e a charge que pus ali (1964, p. 157).

Ainda sobre esse desejo de alcançar o público, mesmo através de críticas ou desgosto, sobre essa vontade de ter sua obra lida e comentada, Sevcenko pontua:

Mas por que a preocupação pertinaz de atingir tão intimamente a um público tão vasto? Por que essa ambição, essa cobiça tão furiosa de comunicação que marcou toda a sua vida literária? Sua concepção cruamente utilitária da arte o fazia concebê-la

como uma força de libertação e de ligação entre os homens. Permitia-lhe escapar das injunções particulares e cotidianas para o próprio centro das decisões sobre o destino da humanidade (2003, p. 199).

Lima Barreto constrói um romance em que um escrivão de coletoria do interior do Espírito Santo registra memórias que aconteceram dez anos atrás. Isaías discorre desde sua infância em um sítio no interior do Rio de Janeiro, até o momento em que decide ir para a capital cursar Medicina. Ao chegar em seu destino ele encontra inúmeras dificuldades, se frustra por não ter recebido o apadrinhamento pretendido, foi preso de forma injusta, permaneceu desempregado por longo período até começar a trabalhar no jornal *O Globo* como contínuo.

Isaías Caminha, era pobre, de fora da capital, de cor azeitonada. Tanto Isaías quanto Lima não concordavam com as reformas urbanas que foram sendo implementadas na capital. A recepção do livro foi antagônica, o objetivo do autor era lançar um romance que incomodasse, que fosse criticado, que destacasse as diferenças sociais e tirasse o foco da culpa de frustrações do indivíduo. Pensando o papel da sociedade nesse processo, porém, a crítica se deteve a maneira como Lima tratou o jornalismo e a abordagem literária¹⁹. Ainda sobre a recepção da obra, Schwarcz enfatiza:

Mas o malogro maior veio da atitude do Correio da Manhã. Principal alvo de ataque, o grande jornal simplesmente ignorou a existência do romance, e vetou o nome de Lima na sua redação e nas suas páginas. Como se dizia na época, foi um “silêncio olímpico”. Já os demais periódicos, fazendo coro a certa “ética de classe”, devem ter achado mais prudente calar, ao menos por um tempo, diante de uma obra considerada absolutamente “inconveniente”. Foram poucas as exceções: Alcides Maia, no Diário de Notícias, decretou que o livro não passava de uma “verdadeira crônica íntima de vingança, diário atormentado de reminiscências más”, e Medeiros e Albuquerque, em A Notícia, escreveu tratar-se de “um mau romance e um mau panfleto”, alegava que era “uma decepção, porque todo ele é feito de alusões pessoais, de descrição de pessoas conhecidas, pintadas de um modo deprimente”. O uso de personalidades do jornalismo para basear personagens da obra, ainda de acordo com Medeiros e Albuquerque, representaria a falta de coragem do autor para realizar uma investida direta às pessoas “que mesmo os panfletários mais virulentos deveriam respeitar”. Aí estaria, segundo ele, uma tentativa de causar escândalo sobre motivos pessoais e extraliterários (2017, p. 229).

Segundo Barbosa, Lima Barreto sentiu-se incompreendido e:

De todas as restrições da crítica ao seu livro de estreia, a que mais o magoou foi precisamente a de considerarem o *Isaías Caminha* só e unicamente um romance à *clef*, pertencente, por isso mesmo, a um gênero inferior de literatura. Revoltava-se contra semelhante juízo, que reputava injusto. Um romance à *clef* pode, afinal de contas, ser

¹⁹ “No início do século XX as relações entre jornalismo e literatura eram bastante estreitas, dessa maneira: Imprensa e literatura são formações discursivas diferentes, emanadas de lugares sociais igualmente distintos; mas ambas integram o mesmo sistema de escrita. Não se confundem, posto que sejam intercomunicantes. E o fato de a imprensa, durante um certo tempo e em certos casos, financiar a literatura é, talvez, a manifestação mais visível desta intercomunicabilidade” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2003, p. 87).

um bom romance. Além do mais *Isaías Caminha* não seria, para ele, um “simples álbum de fotografias”, mas a história de um adolescente pobre em conflito com a sociedade que o esmagava ao peso de suas limitações (2002, p. 200).

Pierre Bourdieu argumenta que a verdade social da obra é dada inicialmente pelo crítico que age como uma espécie de “intérprete privilegiado”, que avalia o valor da criação, dando-lhe, desse modo, sentido público. Por essa primeira recepção social e por esse primeiro crivo, o crítico, no seu papel de “homem de gosto”, detentor do saber e autoridade em — “formar o gosto de seus contemporâneos” (1968, p. 121) credita a sua importância e notoriedade ou declara a sua insignificância.

A obra acontece através de Isaías, que é o narrador-personagem. Schwarcz discorre sobre a semelhança entre Lima Barreto e Isaías: “[...] claramente um alter ego de Lima: de fora da capital, pobre, de cor azeitonada, esforçado, tenta a sorte como jornalista da coletoria” (2017, p. 215). Isaías era um jovem tímido e estudioso, assim como Lima que recebeu um livro da professora de ginásio. Como aponta Osman Lins a trajetória de Isaías se assemelha muito com a do autor:

[...] é o único livro de Lima Barreto em que a personagem principal narra a história. Isaías, escrivão de coletoria no interior do Espírito Santo, para onde se retirou a fim de preservar, no anonimato de uma vida sem brilho, sua dignidade, desgastada nos anos em que o Rio de Janeiro massacra o então jovem provinciano e aos poucos recompensa-o em troca de miúdas concessões (ou então ao azar das circunstâncias, nunca pelos seus merecimentos), decide registrar suas lembranças (1976, p. 33).

Em *Breve Notícia*, Isaías justifica a escrita de suas recordações e segue o seu argumento:

[...] me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor da comarca. Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou regra em regra geral, pela ausência deles. Li-o a primeira vez com ódio, tive desejo de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor. Considerei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé. O melhor pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem o outro, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido (BARRETO, 2019, p. 63).

Isaías Caminha é filho de uma mulata negra que teve uma relação com um vigário. A situação é exemplar, pois, reflete a recusa de paternidade a filhos de escravizados. A mãe de

Isaías de comportava como uma criada diante do seu pai branco²⁰, ele via na inteligência do seu pai uma espécie de estímulo na busca pelo saber e dessa forma, a ascensão social. A diferença intelectual entre os seus pais pode ser exemplificada nessa passagem: “Se minha mãe me parecia triste e humilde – pensava eu naquele tempo – era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva [...]” (BARRETO, 2019, p. 68). Isaías demonstra que para ele as pessoas com instrução tinham mais chances de ser feliz do que aquelas sem ou pouca instrução. Essa admiração pela inteligência do pai, a maneira como ele se fazia entender e o desembaraço que tinha com outros idiomas despertavam em Isaías o desejo de ser assim. Em vista disso:

Pareceu-me então que aquela sua faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas e compreendê-las constituíam não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente (BARRETO, 2019, p. 67-68).

Ele sempre se dedicou aos estudos, foi um aluno comprometido com notas altas e várias aprovações ao concluir os estudos secundários se viu tentado a se mudar do interior para a capital²¹, assim:

Quando acabei o curso do liceu, tinha uma boa reputação de estudante, quatro aprovações plenas, uma distinção e muitas sabatinas ótimas. Demorei-me na minha cidade natal ainda dois anos, dois anos que passei fora de mim, excitado pelas notas ótimas e pelos prognósticos da minha professora, a quem sempre visitava e ouvia. Todas as manhãs, ao acordar-me, ainda com o espírito acariciado pelos nevoentos sonhos de bom agouro, a sibila me dizia ao ouvido: Vai, Isaías! Vai! ... Isto aqui não te basta... Vai para o Rio! (BARRETO, 2019, p. 69).

O desejo de Isaías de ir para capital e tornar-se doutor faz parte de sua fértil imaginação como se o anel e o diploma pudessem mudar radicalmente sua vida, mas, por outro lado os pensamentos do seu cotidiano e da pobreza não deixaram de lhe acompanhar, dessa maneira: “O sujeito ora se desloca para o polo da integração, precária embora, na classe média carioca, idealmente branca, ora retrocede para o isolamento do subúrbio sob a força do preconceito e da discriminação de classe” (BOSI, 2019, p. 16).

Com a ideia de sair do interior e ir para a capital em busca de seu sonho em se tornar doutor, Isaías recebeu o apoio do tio Valentim, que pediu ajuda ao coronel Belmiro (chefe

²⁰ Para Schwarcz: “Distância e formalidade entre os pais, “confessar” ou não o fruto de um relacionamento de circunstância, oficializar ou ocultar o passado, aí estão descritos os dramas de muitas crianças, frutos de uniões passageiras e por isso cercadas, sobretudo por parte paterna, de muita ambiguidade” (2017, p. 219-220).

²¹ Em relação ao Rio de Janeiro Elias Thomé Saliba, ressalta que como “Capital do país, a cidade dá o tom da atmosfera cultural do período, transformando-se num autêntico epicentro catalisador de toda a cultura da *belle époque* brasileira” (SALIBA, 2012, p. 242).

eleitoral local), uma recomendação ao deputado Castro. O personagem do tio Valentim é parecido com o padrinho de Lima Barreto, Visconde de Ouro Preto, que financiou os seus estudos, logo:

Eu sabia do caso, estava mesmo convencido de sua exatidão; entretanto, apesar das minhas idiotas exigências de moral inflexível, não me envergonhava de estimá-lo, amava-o até, sem mescla de terror, já pela decisão de seu caráter, já pelo apoio certo que nos dera, a mim e a minha mãe, quando veio a morrer meu pai ***. Animara a continuar os meus estudos, fizera sacrifícios para me dar vestuário e livros, desenvolvendo assim uma atividade acima dos seus recursos e forças (BARRETO, 2019, p. 72).

Com a carta em mãos e um pouco de dinheiro a esperança de uma vida melhor tomou conta do seu ser. Podemos observar que essa vontade de sair do interior é regida por alguns elementos importantes: valorização da instrução, o seu esforço individual e ao mesmo tempo o que parece contraditório a proteção de um membro da elite local. Isto posto:

O caminho de ascensão social aberto pela cultura letrada à criança de origem modesta, negra ou mestiça, é um dado de realidade atestado no Brasil imperial: Luís Gama, Machado de Assis, André Rebouças, José do Patrocínio são exemplos de uma combinação que deu certo, de talento pessoal e apadrinhamento sustentado no momento oportuno. Mas o que Lima Barreto nos revela, pela boca de Isaías Caminha, é o drama da subida precocemente interrompida. Ingressando na vida adulta, o jovem promissor se vê desamparado dos primeiros apoios e cai na esfera competitiva de um meio onde vicejam a hostilidade ou o desprezo pelo pobre e, em particular, pelo negro e pelo mestiço (BOSI, 2019, p. 12).

A expectativa colocada sobre os estudos como forma de ascensão social também pode ser vista em Lima Barreto, em busca de um futuro planejado ele ingressou na Escola Politécnica no curso de engenharia, profissão que estava em alta na hierarquia social competindo com os tradicionais cursos de direito e medicina, graças as novas demandas da cidade. Em relação a esse desejo de Isaías:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro (BARRETO, 2019, p. 75).

É possível perceber como o sonho em se tornar doutor mexia com Isaías e o fazia pensar que somente por esse motivo todos os seus problemas seriam resolvidos. Em nossa sociedade o reconhecimento social e o respeito passam pela posse do diploma. Durante a viagem de trem para o Rio de Janeiro, denuncia a exclusão social pela primeira vez e se dá conta das barreiras que iria enfrentar devido a sua cor de pele. Ao comprar um café e notar a demora para lhe

entregarem o troco, Isaías reclamou com o caixeiro do estabelecimento que o tratou mal e no mesmo instante gentilmente atendeu um rapaz loiro que estava do seu lado:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servia-me e dei uma pequena nota para pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! Fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo”. Ao mesmo tempo a meu lado, um rapazola alourado, reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa... (BARRETO, 2019, p. 79-80).

Nesse momento, Isaías percebeu a grande diferença de tratamento que lhe foi dada e ficou indignado com a situação. Lima Barreto escolheu denunciar a exclusão social enfrentada pelos negros naquele período, ele não “maquia” a cor de pele em sua descrição, pelo contrário, faz de forma direta. Na parte citada acima podemos identificar a estranheza sentida por Isaías diante da diferença com que foi tratado, em seu ambiente familiar a sua aparência nunca o tinha feito se sentir diferente dos demais. Mesmo se questionando se foram aspectos físicos ou de personalidade que causaram essa diferença de tratamento, ele ainda não tinha se dado conta que essa é uma questão social, esse foi o primeiro episódio de discriminação relatado na obra.

Ao chegar no Rio de Janeiro, com a recomendação do coronel Belmiro em mãos Isaías Caminha fracassou em várias tentativas de falar com o Dr. Castro na Câmara, onde o Deputado trabalhava. Em uma determinada ocasião ele assistiu uma sessão por curiosidade de saber como os líderes políticos se comportavam:

[...] e eu fui assistir à sessão para encher o tempo e para travar conhecimento com o misterioso trabalho de fazer leis para um país. De fato, subi pensando no ofício de legislar que ia ver exercer pela primeira vez, em plena Câmara dos Senhores Deputados – augustos e digníssimos representantes da nação brasileira [...] Imaginava-os com uma tresdobrada força de sentidos e inteligência, podendo prever, adivinhar, sentindo antes de expressos os desejos, as necessidades de cada um dos milhões de entes que sofriam e viviam, que pensavam e amavam pela vasta extensão da pátria (BARRETO, 2019, p. 94-95).

Ele percebeu com tristeza o desinteresse com que os membros do legislativo tratavam de assuntos pertinentes a coletividade e se decepcionou com aquela situação. Isaías acabou por encontrar o Deputado em um endereço alternativo. O relato a seguir demonstra como o personagem se sentia deslocado, sendo marginalizado até mesmo em situações corriqueiras como procurar um emprego. Dessa maneira:

Foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apoie e donde tire vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão (BARRETO, 2019, p. 107).

Isaías observa as lojas da capital e os artigos que elas vendiam, a admiração por eles não acontecia de maneira inocente, por trás da descrição desse comércio ele denuncia como a dinâmica social ressalta a predileção por objetos caros que servem de embelezamento em detrimento da essência do ser humano, sendo assim:

Parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas coisas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: “Veste-me, ó idiota! Nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós, não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio!” (BARRETO, 2019, p. 103).

Em certa ocasião aconteceu um roubo no Hotel Jenikalé onde o personagem Isaías Caminha havia se hospedado e ele foi intimado a depor. Na delegacia foi humilhado e sofreu com a acusação de um crime que não cometeu somente por ser mulato. O tratamento que recebeu na capital era bem diferente daquele em que estava acostumado nas suas relações familiares no interior e o fato de ser intimado a depor sem ter culpa o fez refletir sobre como essas situações o inferiorizavam enquanto ser humano. O romance apresenta outras situações preconceituosas detalhadas pelo narrador, como a que segue:

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível, e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso. Não sei a que me compare, não sei mesmo se poderia ter sido inteiriço até ao fim da vida; mas choro agora, choro hoje quando me lembro que uma palavra desprezível dessas não me torna a fazer chorar. Entretanto, isso tudo é uma questão de semântica: amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, porque sentia na baixeza do tratamento, todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar. O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário de um representante do Governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso (BARRETO, 2019, p. 127- 128).

A divisão classista explícita na obra demonstra a hegemonia branca. Após as discriminações sofridas pelo personagem na delegacia, Isaías se depara com duas raparigas que se desentenderam por causa dos ovos da galinha que uma delas possuía. É possível perceber no trecho a seguir como as características daquelas mulheres são ressaltadas por Barreto:

A rapariga falava desigualmente: ora alongava as sílabas, ora fazia desaparecer outras; mas sempre possuía das palavras, com um forte acento de paixão, superposto ao choro. As palavras saíam-lhe animadas, cheias de uma grande dor, bem distante da pueril querela que as provocara. Vinham das profundezas do seu ser, das longínquas partes que guardam uma inconsciente memória do passado, para manifestarem o desespero daquela vida, os sofrimentos milenares que a natureza lhe fazia sofrer e os homens conseguiram aumentar. Senti-me comunicado de sua imensa emoção; ela penetrava-me tão fundo que despertava nas minhas células já esquecidas a memória enfraquecida desses sofrimentos contínuos que me pareciam eternos; e achando-os por debaixo da noções livrescas, por debaixo da palavra articulada, no fundo da minha organização, espantei-me, aterrei-me, tive desesperos e cristalicei uma angústia que me andava esparsa (BARRETO, 2019, p. 131).

O Conselho Municipal aprovou e sancionou um projeto estabelecendo que “todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados” (BARRETO, 2019, p. 223). Com isso o governo pretendia passar uma imagem de progresso com uma população limpa e civilizada. Dona Felismina a lavadeira de Isaías o questiona em relação a isso:

- Diga-me uma cousa “seu” Caminha: há aí uma lei que obriga a todos a andarem calçados?
- Há uma postura municipal.
- Mas isso é verdade mesmo? Pois então todos, todos?
- Na rua, é. Porque se assusta.
- Dizem que as folhas falam nisso e até, que contam aí, que quem tiver pé grande tem que sofrer uma operação para diminuir os pés, como os chinas... É verdade? (BARRETO, 2019, p. 244-245).

Quando a situação financeira complicou ainda mais, Isaías conseguiu um emprego no jornal *O Globo*²², por intermédio do jornalista Ivã Gregoróvitch Rostóloff, com quem teve contato na boêmia carioca. Lima Barreto era viciado em álcool, que não somente lhe tirou a saúde, mas também lhe sacrificou a carreira de escritor. No início ele bebia cerveja, chopp e uísque, porém, com a dificuldade financeira passou a tomar cachaça e foi de frequentador de cafés para um boêmio de botecos. Segundo Sevcenko:

²² Lima Barreto usou o nome *O Globo* para se referir ao *Correio da Manhã*, considerado o jornal carioca mais importante do início do século XX.

Modelando-se essa sociedade, como seria de esperar, por um critério utilitário de relacionamento social, não é de admirar a condenação veemente a que ela submete também certos comportamentos tradicionais, que aparecem como desviados diante do novo parâmetro, como a serenata e a boêmia. A reação contra a serenata é centrada no instrumento que a simboliza: o violão. Sendo por excelência o instrumento popular, o acompanhante indispensável das “modinhas” e presença constante nas rodas de estudantes boêmios, o violão passou a significar, por si só, um sinônimo de vadiagem. Daí a imprensa incitar a perseguição policial contra o seresteiro em particular e o violão em geral. Quanto à boêmia, a própria transformação urbana – acabando com as pensões, restaurantes e confeitarias baratas do Centro – pôs fim à infra-estrutura que a sustinha. Só restaram as alternativas de um emprego no Centro ou a mudança para o subúrbio, “e essa coisa nojenta que os imbecis divinizaram, chamada boemia” acabou-se” (2003, p. 45-46).

O personagem começou realizando tarefas simples²³, um funcionário do jornal o literário Floc se suicidou e Isaías ficou encarregado de avisar o diretor do Jornal Ricardo Loberant que se encontrava em um prostíbulo no momento do suicídio. Foi em razão dessa fatalidade que o chefe passou a dar maior atenção a Isaías. A sua visibilidade não começou a surgir pelas suas capacidades ou inteligência, mas, pela informação a que teve acesso. Sua aceitação pode ser vista como uma espécie de favor, onde uma elite branca concede um espaço não em termos de igualdade de condições, mas, a sua sombra. É possível perceber a dificuldade de arrumar um emprego e até mesmo de subir de posição em um local de trabalho que os mulatos e negros enfrentavam. A passagem esclarece a surpresa de Isaías quando Ricardo Loberant se impressionou por ele ter mãe e ter recebido educação:

Percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário. O que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, ele achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse seu ínfimo pensamento mais tarde. Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, pianistas, parlapatões quando aprendeu alguma coisa, fósforos dos políticos; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas (BARRETO, 2019, p. 287).

Parafraseando Elias Thomé Saliba (2012, p. 246), as duas últimas décadas do século XIX propiciaram uma ascensão no campo cultural impulsionando a grande imprensa. Em uma passagem do romance é possível notar o que Isaías Caminha sentiu ao ver de perto como de fato funcionava a redação de um jornal e como a vaidade dos jornalistas lhe incomodava. O jornal não era só o lugar que garantia o seu sustento, mas, uma espécie de escola onde conseguiu enxergar como as relações pessoais pesavam sobre as aptidões:

²³ Essa condição de empregado subalterno acentuou o seu desencanto com a capital da República, ao mesmo tempo em que o jornal lhe dava o sustento também o fazia enxergar a dura realidade que os negros enfrentavam.

Demais eram as banalidades, os conceitos familiares sobre o crime e os criminosos que ele desenvolvia com a convicção de quem estivesse fazendo um estudo profundamente psicológico e social. Oh! A vaidade dos desconhecidos da imprensa é imensa! Todos eles se julgam com funções excepcionais, proprietários da arte de escrever, acima de todo o mundo. Não reconhecem que são como um empregado qualquer, funcionando automaticamente, burocraticamente, e que uma notícia é feita com chavões, chavões tão evidentes como os da redação oficial. Quase todos os repórteres e burocratas dos jornais desprezam a literatura e os literatos. Não os grandes nomes vitoriosos que eles veneram e acumulam de elogios; mas os pequenos, os que principiam. Estranha ignorância de quem, por intermédio dos artigos dos que sabem, copia os processos dos romancistas, as frases dos poetas e deturpa os conceitos dos historiadores, imitando-lhes o estilo com uma habilidade simiesca... (BARRETO, 2019, p. 227-228)

Quando Isaías começou a trabalhar no *Globo* sua consciência de que a cor de pele o impediria de galgar um espaço na sociedade tinha sido formada, ele foi rejeitado em vários empregos que não exigiam habilidades complexas, sendo assim: “O jornal é a porta em que Isaías vai bater quando a fome ronda a sua vida esqualida de migrante sem rumo” (BOSI, 2019, p. 26). Na próxima citação Isaías descreve o lugar onde ficava o jornal:

Era uma sala pequena, mais comprida que larga com duas filas paralelas de minúsculas mesas, em que se sentavam os redatores e os repórteres, escrevendo em mangas de camisa. [...]
- O espaço era diminuto, acanhado, e bastava que um redator arrastasse um pouca cadeira para esbarrar na mesa de detrás do vizinho. Um tabique separava o gabinete do diretor, onde trabalhavam o secretário e o redator-chefe; era também desuperfície diminuta,...]. Estava na redação de *O Globo*, jornal de grande circulação, diário e matutino, recentemente fundado e já dispondo de grande prestígio sobre a opinião (BARRETO, 2019, p. 169).

Os adjetivos usados na descrição: acanhado e diminuto, contrastam com a ideia de grandeza que o jornal possuía para a opinião pública. O jornal é visto como um lugar onde as diferenças são aniquiladas em detrimento da figura de uma autoridade, é um espaço de reprodução e não de criação. Isaías descreve o Exército, a Câmara dos Deputados²⁴ e a delegacia de polícia com o olhar do jovem vindo do interior e com desapontamento. Podemos relacionar a ilusão presente na cabeça do jovem com as expectativas que a abolição da escravatura e o novo regime trouxeram para as pessoas. Para Bosi:

As ilusões frustraram-se tanto pela ausência de um projeto para o recém-liberto como pelo caráter antipopular que assumiu a política oligárquica da nova e já velha República. Logo se fez patente a supremacia dos fazendeiros e dos bacharéis da República do Kaphet, expressão recorrente nos escritos satíricos de Lima Barreto (2019, p. 18).

²⁴ Sendo assim: “Se os senhores algum dia quiserem encontrar um representante da grande nação brasileira, não o procurem nunca na sua residência. Seja a hora que for, de manhã, ao amanhecer mesmo, à hora de jantar, quando quiserem enfim, se o procurarem, o criado há de dizer-lhes secamente: ‘Não está’” (BARRETO, 2019, p. 105).

É importante contextualizar a importância dos jornais no período estudado. Com a expansão da agroindústria cafeeira, a abolição da escravidão e a Proclamação da República, os pequenos jornais foram substituídos por empresas jornalísticas, que possuíam uma estrutura complexa. Os processos de produção sofreram alterações, padrões estrangeiros ganharam espaço, deixando de lado as caricaturas e ilustrações até antes muito usadas. As revistas ganharam espaço e conseqüentemente os tipos de publicações e o público também se diversificaram. As mudanças sofridas pela imprensa podem ser pensadas além de âmbitos culturais e relacionadas às condições de vida da sociedade que vinha sofrendo alterações, a atividade econômica foi pluralizada e novos interesses e atores sociais surgiram (FRAGA, 2004).

Para Gérson Wasen Fraga: “A partir do momento em que se constituem como grandes empresas, os jornais tornam-se também instrumentos de divulgação e propagação dos ideais da classe dominante” (2004, p. 25). A imprensa estava sob o controle de um número pequeno de pessoas, porém, de grande influência, que acabou por se tornar um dispositivo de manutenção da ordem social e econômica. Os grandes jornais ao divulgarem informações idealizaram a realidade e moldaram a opinião pública de acordo com os seus interesses, mas, se diziam neutros. Dessa forma:

Embora sejam elementos utilizados para a intervenção na vida social, os grandes jornais, como empresas que são, operam a partir de uma lógica de mercado. Dessa forma, sua finalidade principal, a informação, passa a ter duplo caráter de produto e instrumento, devendo seduzir o leitor ao mesmo instante em que influencia sua percepção sobre a realidade que o cerca. Tanto a dominação social que fomentaram quanto o papel pedagógico que desempenharam constituem-se em fatores extremamente inter-relacionados, com fronteiras nem sempre definidas de forma clara. Tais funções, contudo, têm sido executadas de forma eficiente ao longo do tempo, garantindo a imagem de instituições detentoras da verdade e agentes imparciais de informação, fato que enseja discussões sobre o assunto, bem como a elaboração de estudos que tratem de tal temática (FRAGA, 2004, p. 33).

Ao usar pessoas conhecidas da época em que o romance foi escrito como personagens da literatura, é perceptível que Lima Barreto queria falar sobre as coisas que estavam acontecendo, sobre a realidade na qual estava inserido. O romance assume um tom sério e reflexivo ao trazer a tona a história de um jovem que se mudou do interior para a capital, mas, também se caracteriza pela sátira, ao retratar o jornalismo com sarcasmo. Portanto, no romance é possível estabelecer relações entre os personagens e as pessoas que circularam no Rio de Janeiro no período em que Lima Barreto escreveu, mais um motivo para o livro ser considerado a *clef*. No início de *Recordações* o personagem saiu para jantar em um restaurante localizado

na Praça da República. Isaías ficou cabisbaixo e calado, porém, um senhor se aproximou puxando assunto e se identificou como um homem de negócios (padeiro), Laje da Silva:

Aquele homem ia pondo em mim uma singular inquietação. A sua admiração tão explosiva ao meu projeto de estudo, as suas maneiras ambíguas e ao mesmo tempo desembaraçadas, o seu olhar cauteloso, perscrutador e sagaz, junto ao seu ar bonacheirão e simplório, provocaram-me desencontrados sentimentos de confiança e desconfiança. Havia nele tanta coisa oposta à profissão que dizia ter que me pus a desconfiar – Quem sabe! Entretanto, a sua afabilidade, as suas mãos grossas ... (BARRETO, 2019, p. 84).

Laje da Silva representava Paschoal Segreto (1868-1920), uma pessoa bastante conhecida no início do século XX no Rio de Janeiro, nasceu na Itália, considerado um dos grandes empresários do ramo de entretenimento no Brasil, pois se dedicou aos jogos de azar. Outro personagem é Raul Gusmão, um jovem jornalista amigo de Laje da Silva. Ele representava João do Rio João, cujo nome era Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921). Foi um cronista de grande sensibilidade e reconhecido no mundo literário. Sua orientação sexual sempre foi motivo de comentários entre seus colegas. Na citação do romance que segue é possível exemplificar:

Disse-a com a sua voz fanhosa, sem acento de sexo e emitida com grande esforço doloroso. Falar era para a sua natureza obra difícil. Toda a sua pessoa se movia, se esforçava extraordinariamente; todos os seus músculos entravam em ação; toda a energia da sua vida se aplicava em articular os sons e sempre, quando falava, era como se falasse pela primeira vez, como indivíduo e como espécie. Essa sua voz de parto difícil, esse espumar de sons ou gritos de um antropoide que há pouco tivesse adquirido a palavra articulada, deu-me não sei que mal-estar, que não mais falei até a sua despedida. Tive medo que me fosse preciso empregar o mesmo esforço, que a minha palavra custasse também aquela grande dor já olvidada e vencida pela nossa espécie; e fiquei a ouvi-lo respeitosamente, tanto mais que nos tratou, a mim e ao padeiro, com tal desdém, com tal superioridade que fiquei entibiado, esmagado, diante do retrato, que dele fiz intimamente, de um grande literato, universal e aclamado, espécie de Balzac ou Dickens, apesar dos seus guinchos de Pithecanthropus (BARRETO, 2019, p. 87).

Podemos perceber que o romance se encaminha para a descrição da vida dos personagens que vão aparecendo no decorrer da trama. No trecho acima é possível notar a antipatia de Isaías por Gusmão. Na descrição ele insinua a homossexualidade do personagem, trazida por Lima Barreto com certa ironia e a malícia se mostra quando Isaías caracteriza a voz do autor como “fanhosa”. Para Schwarcz:

Talvez levado pela caçoada geral, Lima, em vez de poupar o colega, incendiou ainda mais os termos. ‘Figura inflada’, ‘mescla de suíno e símio’, ‘fisionomia de porco Yorkshire’ num ‘corpo alentado de elefante indiano’, ‘sorriso afetado’, ‘covardia

moral', são algumas das imagens que Lima/ Isaías usa, trazendo a público, na ficção, as chacotas dos bastidores (2017, p. 224).

Lima Barreto e João do Rio nutriam uma implicância, ao evidenciar a homossexualidade de Gusmão a inimizade dos dois foi inevitável. Segundo Schwarcz:

Por exemplo, quando o original de Lima chegou ao editor português pelas mãos de Noronha Santos, João do Rio, que se encontrava em Lisboa na ocasião, teria mentido, dizendo “desconhecer” aquele autor. Mas Lima tinha feito por merecer tal “desconhecimento”. Afinal, a caracterização do personagem – conhecida desde a publicação de trechos do romance na *Floreal* – era repleta de preconceitos e caricaturas: “Essa sua voz de parto difícil [...]” (2017, p. 223).

Lima Barreto preocupado em dar voz ao preconceito racial não se mostrou sensível diante de outras minorias, que sofriam e ainda sofrem preconceito. Dessa forma:

O escritor, que assumia papel tão significativo na denúncia do racismo vigente no país, não parecia se comover muito com outras minorias que também sofriam preconceito e exclusão social. Por outro lado, se Lima deveria apreciar o tipo de jornalismo que João do Rio realizava, não deveria aprovar sua carreira literária e as concessões sociais que fazia. Não fica difícil, portanto, entender o “troco” que João do Rio lhe daria não apoiando a publicação de seu livro e sua futura candidatura à ABL (SCHWARCZ, 2017, p. 225).

Ricardo Loberant seria Edmundo Bittencourt (1866-1943), fundador e proprietário do jornal *Correio da Manhã*, que nasceu no Rio Grande do Sul e se formou em direito. Ele é representado no romance como uma figura autoritária. À vista disso:

A conversa tinha cessado quando o diretor penetrou na sala. Era o doutor Ricardo Loberant, um homem muito alto e muito magro, anguloso, com um grande bigode de grandes guias, louro, de um louro sujo, tirando para o castanho, e um olhar erradio, cheio de desconfiança. Era um homem temido, temido pelos fortes, pela gente mais poderosa do Brasil, ministros, senadores, capitalistas; mas em quem, com espanto, notei uma falta de firmeza, de certa segurança de gestos e olhar, própria dos vencedores. Fora uma irrupção. Ninguém o sabia jornalista, mesmo durante o seu curso mal-amanhado não sacrificaria às letras: fora sempre tido como viveur, gostando de gastar e frequentar a sociedade das grandes cocotes (BARRETO, 2019, p. 170-171).

Coelho Neto (1864-1934) é descrito com dureza por Lima Barreto, não somente nesse romance, mas, em várias crônicas que o autor redigiu, o autor o considerava um hipócrita. Sendo assim:

Nesse fogo cruzado nem os literatos escaparam. Veiga Filho é o escritor Coelho Neto, que no livro recebe um tratamento pra lá de cruel. Lima sempre duvidara – e continuaria duvidando até o fim da vida – do talento do acadêmico, visto por ele como símbolo maior da hipocrisia literária vigente na sociedade carioca. Assim o descreve Isaías: “O grande romancista de frases campanudas, o fecundo conteur [...] Era aquele o homem extraordinário que a gente tinha que ler com um dicionário na

mão? Era aquela a forte cerebração literária que escrevia dois e três volumes por ano [...]?” (SCHWARCZ, 2017, p. 225).

São nessas descrições que o romance se mostra a *clef*, evidenciando as opiniões de Lima Barreto. Para Schwarz: “Literatos e jornalistas são descritos como superficiais, sem ética, mundanos e atentos somente aos negócios e ao conchavo” (2017, p. 226). Através dos seus escritos Lima transparecia sua opinião sobre a imprensa da época fazendo dela um palco de ataque à República que havia sido implantada e aquilo que acreditava ser excluído.

Ao descrever situações em que o personagem Isaías se sente diminuído também é possível pensar como em um país de dimensões continentais como é o Brasil, com diferenças significativas entre as regiões, em um contexto dominado por teorias raciais, onde o negro ainda era associado a escravidão e que o poder econômico ditava as regras, as pessoas se sentem deslocadas²⁵. Lima Barreto se debruçando sobre a instância social articula questões raciais e de desigualdades sociais em seus escritos. Exemplificando com uma passagem do romance:

Um sujeito entrou no bonde, deu-me um grande safanão, atirando-me o jornal ao colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira... Até hoje não me esqueci desse episódio insignificante que veio reacender na minha alma o desejo feroz de reivindicação. Senti-me humilhado, esmagado, enfraquecido por uma vida de estudo, a servir de brinquedo, de irrisão a esses poderosos todos por aí (BARRETO, 2019, p. 122).

O final do romance revela um personagem acomodado, não era o objetivo de Barreto construir um enredo linear. No prefácio escrito por ele em 1916, sete anos depois da primeira edição, muitas coisas haviam acontecido e a impressão de quem lê é que Isaías/Barreto havia deixado de lado a inocência, em certos momentos revelando inclusive acomodação. No final do romance Isaías reproduz práticas de injustiça. Em um passeio ele trata com desprezo uma mulher mulata:

Fui ao Passeio Público [...] Num dado momento, virei-me e dei com uma rapariga de cor, de olhos tristes e feições agradáveis. Tinha uma bolsinha na mão, um chapéu de sol de alpaca e o vestuário era pobre. Considerei-a um instante e continuei a ler o livro, cheio de uma natural indiferença pela vizinha. A rapariga começou a murmurar,

²⁵ Em relação a isso: “ Se a dor da exclusão social e a realidade da humilhação das populações afro-brasileiras, mas também seus gestos, modos de viver e certo sentimento estético e religioso já faziam parte de seu projeto literário – que por vezes ele chamava de negrismo -, nesse momento a diferença viraria ressentimento e até mania de perseguição. E a situação era certamente complexa. Por um lado, Lima parecia não dominar o vocabulário social do grupo literário preponderante; por outro, acabava impondo-se com suas críticas e a maneira nada generosa como descrevia os colegas. De toda forma, o livro serviu para “vestir” o artista, que adquiria não só a reputação de “terrível”, como a de escritor da nova geração que surgia na década de 1910, buscando romper com os cânones mais assentados e incluindo outros espaços sociais para a literatura” (SCHWARCZ, 2017, p. 231-232).

perguntou-me qualquer coisa que respondi sem me voltar. Subitamente, depois de fazer estalar um desprezível muxoxo, disse-me ela à queima-roupa: - Que tipo! Pensa mesmo que é doutor? (BARRETO, 2019, p. 147-148).

A voz que antes se levantava em favor dos excluídos, cede lugar ao conformismo. O poder exercido pelos jornais, uma instituição que permite aos seus donos conduzir as massas de acordo com os seus interesses, antes tão criticados por Isaías acaba por corrompê-lo através do deslumbramento, tem um papel relevante nessa mudança que o personagem sofre:

De tal maneira é forte o poder de nos iludirmos, que um ano depois cheguei a ter orgulho da minha posição. Senti-me muito mais que um contínuo qualquer, mesmo mais que um contínuo de ministro. As conversas da redação tinham-me dado a convicção de que o doutor Loberant era o homem mais poderoso do Brasil; fazia e desfazia ministros, demitia diretores, julgava juízes e o presidente, logo ao amanhecer lia o seu jornal, para saber se tal ou qual ato seu tinha tido o placet desejado do doutor Ricardo. Participar de uma redação de jornal era algo extraordinário, superior, acima das forças comuns dos mortais; e eu tive a confirmação disso quando, certa vez, na casa de cômodos em que morava [...] vi o pobre homem esbugalhar muito os olhos, olhar-me de alto a baixo, tomar-se de grande espanto como se tivesse diante de um ente extraordinário. As raparigas que residiam junto a mim, lavadeiras e costureiras, criadas de servir apelidaram-me “o jornalista”, e mesmo quando vieram a ter exato conhecimento da minha real situação no jornal, continuei a ser por esse apelido conhecido, respeitado e debochado. Comecei a admirar as sentenças literárias do Floc, as pilhérias do Losque, a decorar a gramática homeopática do Lobo e a não suportar uma leitura mais difícil, mais densa de ideias, mais logicamente arquitetada, mesmo quando vinha em jornal (BARRETO, 2019, p. 196-197).

O crítico Alfredo Bosi nos mostra que Isaías:

[...] passa por um processo bivalente de modelagem pelo meio e de resistência ao meio, do qual emerge o ponto de vista complexo das *Recordações*. Para avaliar a força plasmadora da imprensa na biografia de Isaías, é preciso qualificar as suas reações a um contexto que é todo feito de assimetrias. São respostas ambivalentes: ao lado de flechadas contra o cinismo ou a hipocrisia reinante, o protagonista confessa que a sua alma se foi deixando penetrar por aquelas mesmas tendências dissolventes que, em momentos de brio, ele conseguira repelir (2002, p. 200).

Em *Breve Notícia*, nota introdutória da segunda edição do romance, Lima Barreto evidencia a contradição na vida de Isaías. No início do romance o personagem denuncia o preconceito racial, devido a sua experiência pessoal de mudança do interior para a capital. No final o que se percebe é um personagem acomodado:

Disse bem preconceitos, porque, após dez anos, tantos são os que vão da composição das *Recordações* aos dias que correm, o meu amigo perdeu muito da sua amargura, tem passeio pelo Rio com belas fatiotas, já foi ao Municipal, frequenta as casas de chá; e, segundo me escreveu, vai deixar de ser representante do Espírito Santo, na Assembleia Estadual, para ser, na próxima legislatura, deputado federal. Ele não se incomoda mais com o livro; tomou outro rumo. Hei de vê-lo em breve entre as encantadoras, fazendo o tal *footing* domingueiro, no Flamengo, e figurando nas notícias elegantes dos jornais. Isaías deixou de ser escrivão. Enviuvou sem filhos, enriqueceu e será deputado. Basta (BARRETO, 2019, p. 65).

O trecho mostra que Isaías deixou de lado a amargura e passou a transitar pelo Rio de Janeiro com belas fatiotas, visitou o Teatro Municipal e desejou concorrer a Deputado Federal. Deixou a profissão de escrivão, casou, mas, enviuvou sem filhos e enriqueceu. Também deixou de lado o desprezo ao *footing*, que eram passeios a pé pelas ruas do centro. Fábria B. Ribeiro discorre sobre a maneira como os corpos e rostos negros eram indesejados em determinados ambientes em São Paulo: “Em dado momento, seriam até mesmo proibidos de ali circular, sob a alegação de “atrapalhar” o movimento das lojas e intimidar seus ricos frequentadores” (RIBEIRO, 2016, p. 109). Em 1857 a Câmara Municipal de São Paulo iniciou uma série de ações urbanizadoras, como o alargamento de ruas e a padronização de antigas construções o que gerou disputas por espaço pelos grupos sociais, dessa maneira: “O preconceito racial ajudava a demarcar os territórios negros na cidade e a disseminar uma geografia que correspondia às hierarquias sociais remotamente gestadas no passado da escravidão” (RIBEIRO, 2016, p. 124). Barreto usa o personagem Isaías para exemplificar situações que exploram a diferença que brancos e negros eram tratados no Rio de Janeiro, que também passou por reformas urbanas no final do século XIX, assim como São Paulo. Os bairros de Botafogo e Flamengo, no Rio de Janeiro, na Primeira República eram os bairros de moradia da elite, enquanto os subúrbios eram o lugar destinado aos pobres. Por isso, Barreto o cita na obra. Enquanto isso o autor ia se entregando cada vez mais a bebida e se dedicando a escrever novos romances.

No romance por meio dos personagens e das cenas é possível pensar a realidade e ligá-las à ficção através do estilo do escritor. A principal crítica do romance é ao Brasil que mantinha as políticas de exclusivismo e discriminação, a nova República tinha aspectos de “velha”. Isaías Caminha em muitos momentos se mostra revoltado e em outros conformado. O livro representa a desilusão em relação à abolição, pois os ex-escravos não tiveram nenhuma garantia de melhoria da qualidade de vida. Em relação ao uso da memória individual para acessar temas que tratem do coletivo é possível acrescentar:

O uso da memória pessoal não significa uma presença maior de traços biográficos na história. Pelo contrário, impõe-se uma fusão do passado individual com o coletivo. É necessária a supressão das referências subjetivas da saudade individual, que deve ceder lugar às imagens que condensam os conteúdos históricos coletivos (REMEDI, 2003, p. 204).

Além do enredo, do contexto e das críticas é possível pensar a maneira como Lima Barreto escreve o romance. Ele utiliza uma linguagem simples, de fácil compreensão, com bastante adjetivos, criticando dessa forma, aquela linguagem muito rebuscada e de difícil compreensão muitas vezes utilizadas por literatos do período. Na passagem a seguir é possível observar essa redação: “O sol coava-se com dificuldade por entre grossos novelos de nuvens erradias, distribuindo, sobre as coisas que eu ia vendo, uma luz amarelada e desigual” (BARRETO, 2019, p. 79).

Parafrazeando Beatriz Resende (2017) Lima Barreto não fazia parte da literatura oficial de sua época, pôde escrever críticas e comentários de forma independente. Suas opiniões tornavam o autor original para a época, com uma escrita agradável e bem humorada perpassava vários assuntos. Sua arte denunciava e criticava o *status quo* vigente. Ele foi um intelectual inquieto, questionador e oprimido, indo de encontro ao pensamento de Jean-Paul Sartre que afirma que a função do escritor é “fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele” (1989, p. 21).

A análise da narrativa literária reflete a maneira como a discriminação se manifestava, evidenciando aspectos importantes de relações de poder na Primeira República e se mostra uma importante fonte de pesquisa para pesquisadores que buscam relacionar História e Literatura. O trabalho de Isaías no jornal lhe faz perceber como esse manteve relações com os homens que detém o poder. Dessa maneira:

No Brasil republicano, como em tantas outras formações sociais egressas de um passado colonial, raça e classe sobrepunham-se definindo uma condição subalterna que nem sempre o talento individual ou o favor conseguiria resgatar. A poesia e a ficção mostram a face subjetiva dessa história que, em grande parte, ainda é nossa contemporânea (BOSI, 2019, p. 36).

Em um contexto de grandes transformações sociais, econômicas e culturais no início do século XX no Brasil, o romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, evidencia uma crítica a parte da sociedade brasileira (políticos, empresários, elite econômica, etc) intolerante e preconceituosa, que passava por uma reurbanização e limitava a participação de negros e mulatos em determinados segmentos sociais. Para Isaías:

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam. Talvez não se amassem, mas viviam juntos, trocando presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços. Bastava, entretanto, que surgisse uma desinteligência para que os tratamentos desprezíveis estalasse de parte a parte (BARRETO, 2019, p. 241).

Ao utilizar as narrativas histórica e literária a ideia não foi pensá-las como iguais, mas, fazer ligações que permitissem tomar a literatura uma fonte plausível para historiadores. O livro *Recordações do escrivão Isaías Caminha* foi publicado há mais de 100 anos, porém suas críticas continuam atuais e pertinentes, de suma importância para refletir sobre o período em que vivemos

CONCLUSÃO

Como desenvolvemos no decorrer desse trabalho, a pergunta que é feita a fonte determinará os resultados que iremos obter. Sabemos que existem múltiplas maneiras de interpretar uma fonte e nesse caso estudamos um livro de literatura, pertencente ao gênero textual chamado de romance. Dessa maneira, é pertinente retomar o nosso problema de pesquisa: como o romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* representa as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, na virada do século XIX para o século XX?

Primeiramente acreditamos que o romance pode evidenciar os valores, as ideias e os comportamentos de uma época ou algumas das principais questões de seu tempo. É difícil ler Lima Barreto sem pensar o racismo e a exclusão social, ler Charles Kieffer sem pensar o êxodo rural e a questão fundiária, ler Pepetela e não pensar na sobrevivência de laços coloniais na sociedade angolana, ou ler Warren Dean e não relacionar as grandes navegações com os desmatamentos sofridos pela Mata Atlântica.

Lima Barreto foi um homem negro, alcoólatra, relativamente pobre, morador dos subúrbios, crítico do Brasil oligárquico dos grandes latifundiários, avesso aos formalismos, descrente com os valores republicanos e sensível às mudanças que a virada do século XIX para o século XX impuseram aos brasileiros, um autor que não teve reconhecimento em sua época e foi valorizado anos depois. O texto de Barreto nos parece atual, ou seja, ele é contemporâneo quando o comparamos com as mazelas que ainda hoje existem na sociedade.

Mesmo assim é importante enfatizar que o nosso objetivo não é colocá-lo em um lugar de vítima, ele teve acesso a educação formal, trabalhou como funcionário público, era filho de um tipógrafo e uma professora e tentou obter um lugar na Academia Brasileira de Letras, com o objetivo de alcançar reconhecimento.

Isaiás Caminha o personagem principal do romance analisado, sente a dor do preconceito ao sair do interior e do convívio de sua família, ao se mudar para a capital carregando o sonho de um título acadêmico, ao esperar reconhecimento e almejar uma condição financeira melhor. No decorrer do romance, com as frustrações que o desenrolar da trama narra, é perceptível como a cor de pele se tornou um empecilho para seu projeto de vida.

Em um período onde as desigualdades sociais foram acentuadas e o determinismo biológico respaldava o preconceito racial, Isaiás Caminha pode ser visto como um exemplo de indivíduo que é excluído da sociedade por ter a cor de pele escura. Ele encontra dificuldades que são impostas pela sociedade e não dependem de seu esforço individual.

O romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* destaca o contraste entre a miséria geral da população, que vivia em condições sub-humanas, dividindo cômodos e os parques, largas avenidas e palácios da cidade. Também alude a questão do preconceito racial e a maneira diferente como os negros eram tratados em comparação aos brancos, o drama que vinham, representados por um homem que não era branco e que, mesmo tendo qualidades e competência, não conseguia arrumar emprego.

O marco temporal instituído no trabalho (1870-1909) compreende um período de transformações e manutenções representadas no romance como uma época de imoralidade, onde o talento, o esforço e a honestidade eram valores preteridos. O gosto pelo conforto material e as situações de privilégio e superioridade suscitavam a discriminação e o desprezo mútuo entre as pessoas. Lima Barreto condenou essa falta de solidariedade.

Tanto a História quanto a Literatura tem suas especificidades, mas, são duas modalidades discursivas que se apropriam da realidade. Não tivemos a pretensão de igualá-las, mas tentamos demonstrar que por meio de uma obra literária é passível compreender e explicar as sociedades do passado. Os historiadores, através de seus escritos, interpretam os vestígios, narram e explicam a experiência vivida no passado e o seu trabalho passa pelo crivo de seus pares. Os historiadores utilizam o tempo cronológico e o tempo histórico e estabelecem um diálogo com outros historiadores para amparar o seu trabalho. Os literatos também utilizam escritos como um instrumento de comunicação, que podem obedecer a uma cronologia. O que os diferencia dos historiadores é uso do imaginário, que é parte constituinte de sua narrativa, na qual a ficção tem papel preponderante e o seu trabalho não precisa necessariamente passar pela validação de seus pares.

Utilizamos uma obra de Literatura que representa um período da história do Brasil, na condição de documento histórico. Discutimos as desigualdades sociais no Brasil na virada do século XIX para o século XX, a partir de uma obra literária. Seu autor não teve os mesmos compromissos que tem os historiadores. Ao literato é permitida a criação e a narrativa de ficção, sem exigir dele uma fidelidade à história vivida. O historiador, por sua vez, embora não possa reviver os acontecimentos do passado, tem o compromisso de escrever a sua narrativa, a história escrita, o mais próximo possível da verdade ou da experiência real vivida em sociedade.

É necessário compreender os intelectuais relacionando com a classe social e o meio em que eles estão inseridos. Essa relação é importante, pois, são os intelectuais que interpretam e explicam a sociedade. A trajetória pessoal de Lima Barreto indica uma relação entre escolhas, identificação e vínculo institucional. O seu difícil caminhar é cheio de percalços. A pergunta

que fizemos a nossa fonte está diretamente relacionada ao nosso objetivo e ao lugar que ocupamos, nesse caso, lugar de historiador, isso significa que nos voltamos ao passado diante das demandas que o lugar e a atualidade nos impõem. Aqui é necessário retomar a importância que Michel de Certeau atribuiu ao lugar social e reafirmar que é através dele que as questões se organizam. Fizemos uma leitura da literatura, não de maneira literal, mas, como uma “reapresentação” do passado por meio de uma narrativa.

As desigualdades sociais na obra de Lima Barreto se apresentam de forma incisiva e com um tom de denúncia. O jornal ganhou atenção especial, na época, por ser uma instituição com grande poder de divulgar ideias e formar opiniões do período, relatado por Lima Barreto como um reforço do esquema de corrupção do regime republicano.

Através da análise de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, procuramos refletir sobre um momento de transição e as suas muitas manutenções, até hoje percebidas na sociedade brasileira. Lima Barreto buscou evidenciar como o preconceito racial refletia no indivíduo, ele denunciou como as relações sociais eram capazes de interferir na história individual e como elas tinham responsabilidade no sucesso ou no fracasso das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Lucas Söhn. A “**experiência social**” de Lima Barreto: crítica e marginalização em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2000.
- ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração de 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n 44, p. 35-55, out. 2000.
- ARANTES, Marco Antonio. Para mim, Paraty: Alcoolismo e loucura em Lima Barreto. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v 4, n 1. 2008.
- ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. O Pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. **Pensares em Revista**, São Gonçalo: n. 1, p. 117-134, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Ática. 1990.
- ATHAYDE, Tristão de. **Contribuição à história do modernismo: o pré-modernismo**. Vol I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Prefácio*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especificidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BATALHA, Maria Cristina. Lima Barreto e o viés do realismo popular na literatura brasileira. **Pensares em Revista**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 51-65, jul-dez 2012.
- BOSI, Alfredo. **A literatura brasileira: o pré-modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BOSI, Alfredo. *Introdução*. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019.

BOURDIER, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean et alli. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 105-146, 1968.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs). **Representações**: Contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Primeiros passos (1822-1930). In: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. IN: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de M. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012[1986].

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

COUTO, Bruno Contyjo do. Trânsitos políticos e intelectuais de geração de 1870: um novo olhar sobre o movimento e sua relação com o repertório europeu. **Em tempo de histórias**, Brasília, n. 28, p. 98-118, 2016.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (org). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FONTANA, Ana Cláudia Costa; NETO, Miguel Sanches. Recordações do Escrivão Isaías Caminha: a tomada da consciência de uma invisibilidade insuspeita. **Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 15, n. 24, p. 13-29, 2013.

FRAGA, Gérson Wasen. **Branços e vermelhos**: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

FRAGA, Gérson Wasen. **“A derrota do Jeca” na imprensa brasileira**: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do Controle: O controle do imaginário; Sociedade do discurso ficcional; O fingidor e o censor.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco.** São Paulo: Ática, 1976.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Introdução.* In: ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Livros técnicos e científicos/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

LUSTOSA, Isabel. *Notas.* In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do escrivão Isaiás Caminha.** São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019.

MERKEL, Horst. Capa de Recordações do Escrivão Isaias Caminha. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16636/recordacoes-do-escrivao-isaias-caminha> Acesso em: 18 fev. 2021.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. Lima Barreto e a crítica (1900 a 1922): a conspiração de silêncio. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 59-68, 2000.

MCFARLANE, James; BRADBURY, Malcolm (Org.). **Modernismo, guia geral, 1890-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MELO, José Osmar de. Quem fala no Recordações do escrivão Isaiás Caminha, de Lima Barreto? **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, Minas Gerais, v. 24, n. 33, p. 331-351, 2004.

MONTEIRO, Pedro Meira e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sérgio com Lima: um encontro inusitado em meio aos modernismos.** **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, nº 73, p. 41-62, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves, (org). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, 1995.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. Walter Benjamin e a fronteira entre história e literatura. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 1, n.2, p. 191-207, 2003.

RESENDE, Beatriz (org). **Lima Barreto Impressões de Leitura e outros textos críticos**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das letras, 2017.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (org). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 3, n. 6, p. 27-53, dez/2011.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é Literatura?** São Paulo: Ática, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. Entre a historiografia e a literatura: a imaginação. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; SILVA, Ricardo Oliveira da (Org). **História e Literatura**. Criciúma: UNESC, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (org). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio Sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 21- 48, 1994.